

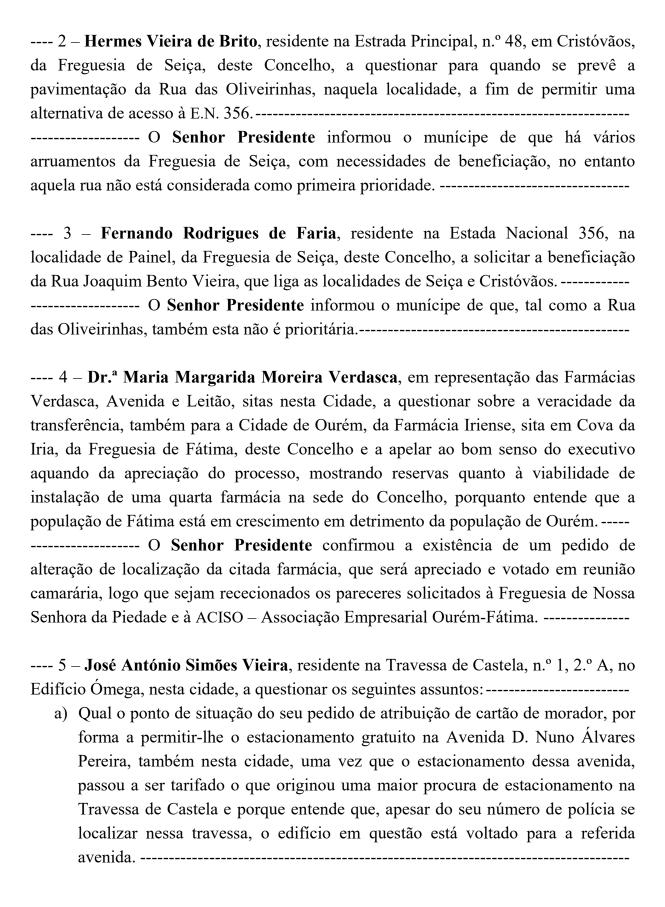
ATA N.º 11 (REUNIÃO PÚBLICA)

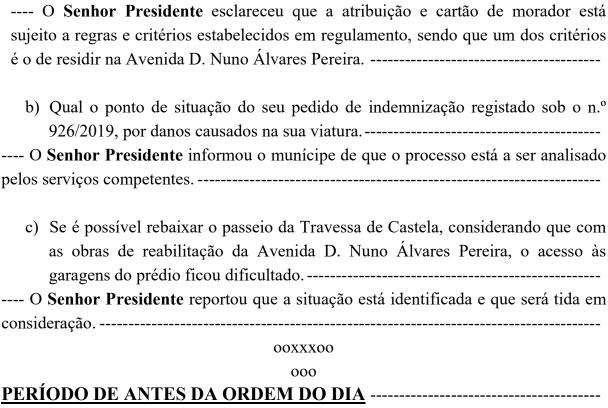
---- Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, na Cidade de Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Senhor Luís MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS SEIXO, NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, RUI MANUEL SIMÕES VITAL e JOÃO MIGUEL CALDEIRA HEITOR, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente. ----ooxxxoo 000 ABERTURA DA REUNIÃO-----------O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----ooxxxoo 000 INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE -----

---- De acordo com o que foi deliberado na reunião de 30 de outubro de 2017, a Câmara começou por ouvir os munícipes presentes, mediante a seguinte ordem:-----

---- 1 – Manuel António Vaz, residente na Rua António Sérgio, n.º 3, 6.º esquerdo, em Vila Franca de Xira, a reclamar, mais uma vez, a abertura da Rua Carlos Luís Ferreira, em Painel, da Freguesia de Seiça, deste Concelho, cujo acesso foi vedado com portões, situação já várias vezes reportada a este Município, considerando trata-se de uma rua com cerca de 100 anos que desde sempre serviu a população, criada pelo seu benfeitor Carlos Luís Ferreira, à qual se atribuiu o seu nome.---------- O Senhor Presidente esclareceu o reclamante que aquela via não existe como "rua", na base de dados deste Município, deduzindo que se trata de um caminho vicinal, sendo por isso da competência da Freguesia de Seiça e referiu que irá incumbir os respetivos serviços de averiguarem a situação exposta. ------

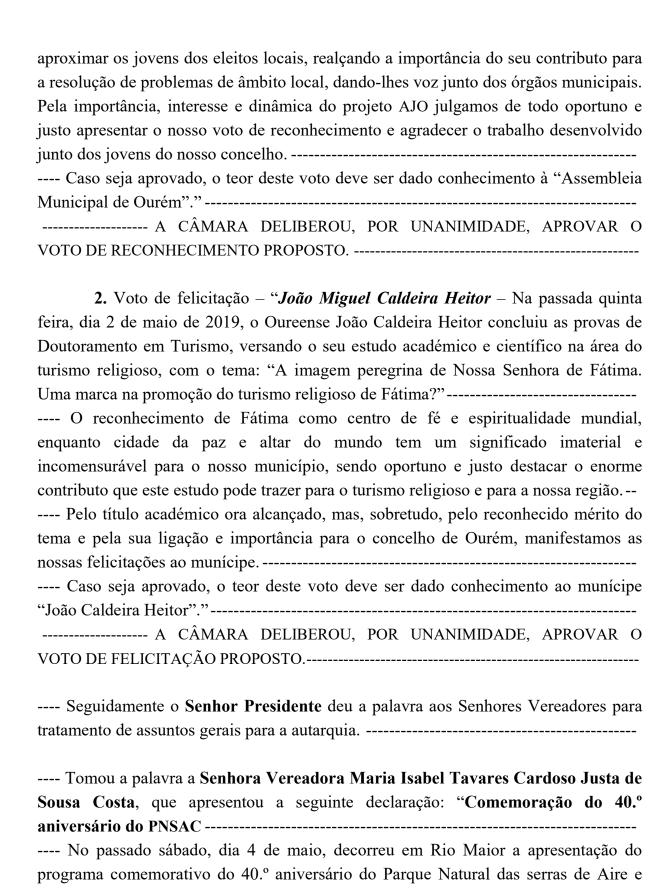




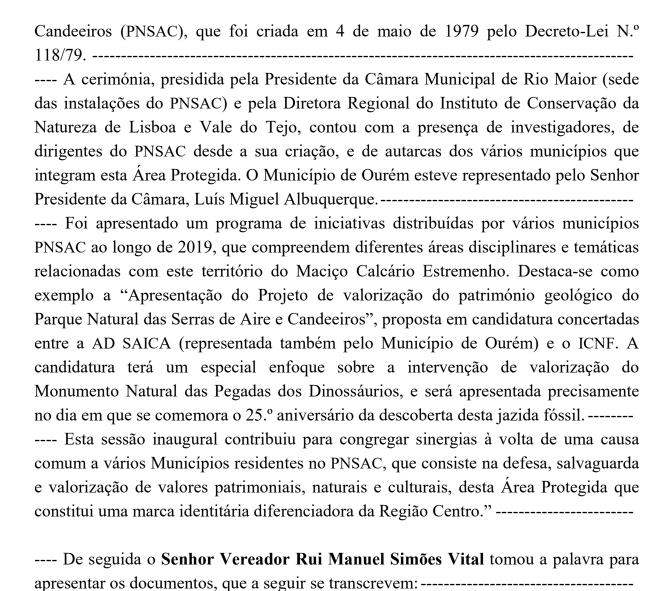


---- Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **Senhor Presidente** tomou a palavra para apresentar os seguintes votos de reconhecimento e de felicitação, aos quais se associou o restante executivo camarário:

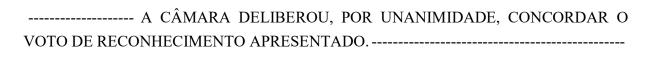


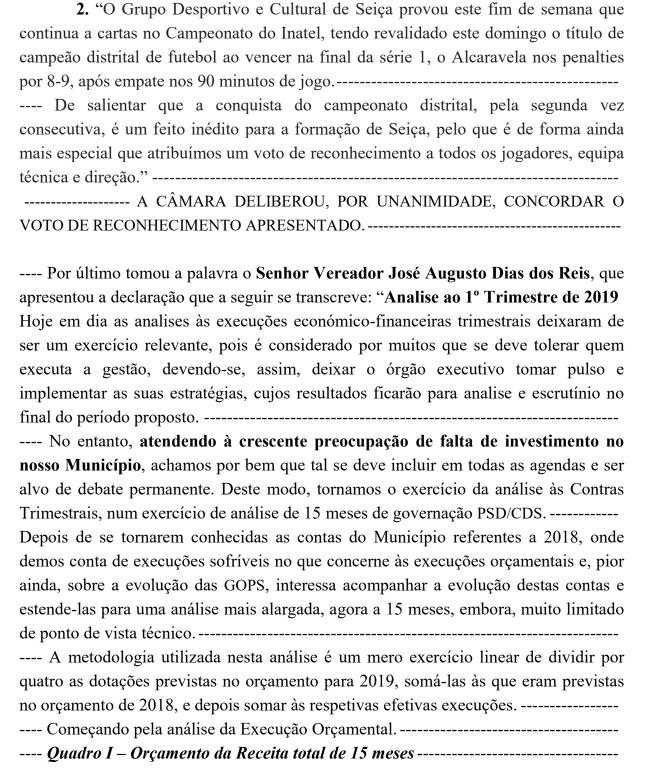














u.m. '000 euros

Orçamento da Receita (15m)						
	Dotação 15m	ção 15m Liquidado 15m G.E.O.L. 1		Cobrado 15m	G.E.O.C. 15m	
Corrente	<i>35 988</i>	35 373	98,29%	34 852	96,84%	
Capital	12 192	4 946	40,57%	4 556	37,37%	
Outras	2 505	2 527	100,88%	2 527	100,88%	
Total	50 685	42 846	84,53%	41 935	82,74%	

Fontes: Relatório e Contas 2018 e Relatório de atividades DGF 25/04/2019

---- Quadro II – Orçamento de Despesa 15 meses------

u.m. '000 euros

Orçamento da Despesa (15m)						
	Dotação 15m Realizado 1		G.E.O.R. 15m Pago 15m		G.E.O.P. 15m	
Corrente	31 219	28 037	89,81%	25 552	81,85%	
Capital	19 466	14 205	72,97%	10 889	55,94%	
Total	50 685	42 242	83,34%	36 441	71,90%	

Fontes: Relatório e Contas 2018 e Relatório de atividades DGF 25/04/2019

despesa realizada esta é de apenas 83% enquanto que na despesa paga baixamos para 56%. -----



---- São números que nos preocupam e que o Executivo deverá refletir quanto à sua ação de governação. Será que vamos ter de novo um ano de adiamentos????!!!!------

---- Quadro III – Evolução das GOP's – 15 meses-----

GOP's 15 m					
Financiamento definido 15 m Realizdo		% Exec 15m	Despesa Paga 15m	% Exec Pago 15m	
35 719	23 488	65,76%	18 544	51,92%	

Fontes: Relatório e Contas 2018 e Relatório de atividades DGF 25/04/2019

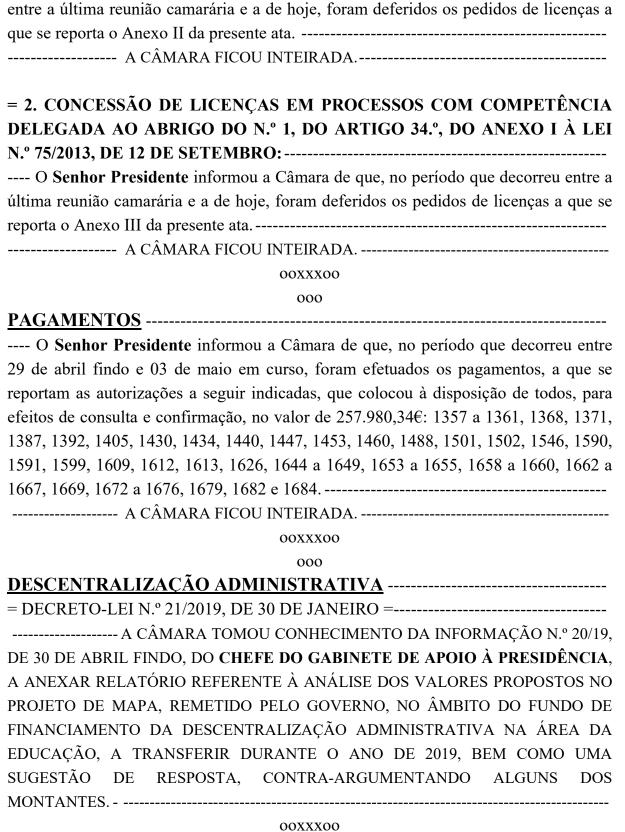
---- Começamos por analisar este quadro das evoluções das GOP's da forma como acabamos as analises de execuções orçamentais, i.e., será que vamos ter mais um ano de adiamentos? Ao analisar a evolução destas num período de 15 meses, verifica-se que o executivo só conseguiu realizar 65% do que se comprometeu a atingir, isto é, propôs-se realizar um financiamento das GOP's no valor de 35,7 M€ e apenas cumpriu com 23,4 M€. Já quanto à despesa paga, o montante baixa para 18,5 M€, não indo além dos 51,9%. --------- Muito pouco, infelizmente para o Município de Ourém, muito pouco!!! ---------- Feita a analise dos últimos 15 meses, traduzidas em números, apraz-nos manifestar a nossa preocupação, inquietação, receio, ansiedade e apreensão quanto ao futuro próximo de Ourém!!! ---------- Senhor Presidente, está na hora de agarrar a gestão à seria. Está na hora de passar do namoro ao comprometimento. Isto é, Ourém precisa de uma gestão de mais compromissos e de menos folclore!!!!" ---------- O Senhor Presidente informou de que o investimento total realizado nos últimos quatro anos, foi de 4.652.293,32€ em 2015, 4.701.196,63€ em 2016, 8.300.829,43€ em 2017 e 5.958.832,33€ em 2018. -----

ooxxxoo

000

CÂMARA DAS DECISÕES INFORMAÇÃO DO **SENHOR PRESIDENTE** \mathbf{EM} CONSEQUÊNCIA DA **DELEGAÇÃO** COMPETÊNCIAS EFETUADA EM REUNIÃO DE 16 DE JULHO DE = 1. CONCESSÃO DE LICENÇAS PARA CONSTRUÇÃO, REEDIFICAÇÃO OU CONSERVAÇÃO, BEM COMO APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS PROJETOS, NOS TERMOS DA LEI: --------- Nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente informou a Câmara de que, no período que decorreu







APDAF – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO APOIO À FAMÍLIA------

ooxxxoo

000

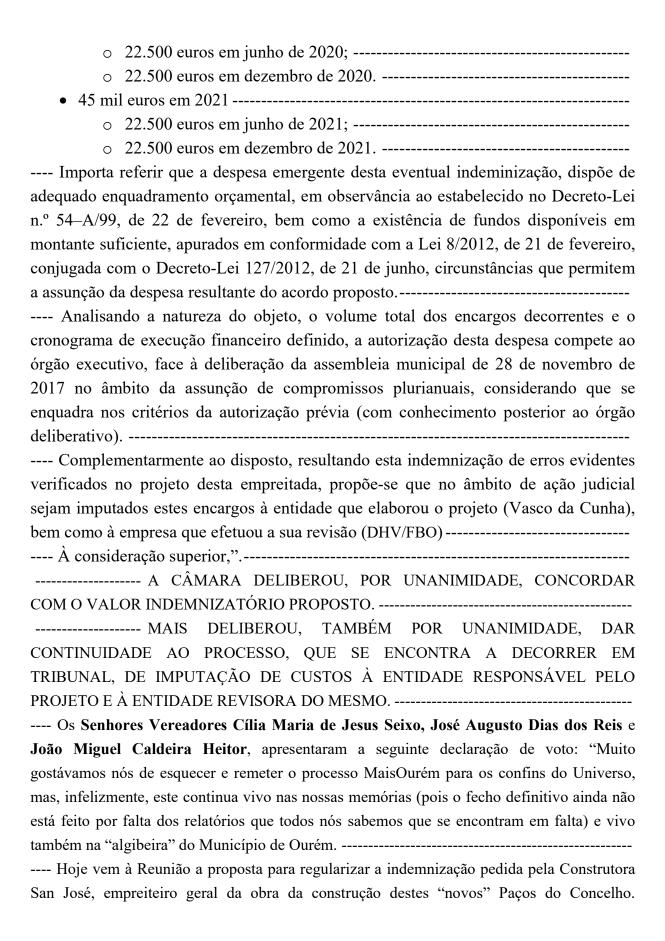
PROCEDIMENTO 1/2005 – "CONSTRUÇÃO DO NOVO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO"------

---- No âmbito do procedimento indicado em epígrafe, foi apreciado o relatório de reunião, datado de 06 de fevereiro último, subscrito pelo Senhor Presidente da que se passa a transcrever: "Na sequência da 37/2018/contencioso/502, foi realizada reunião nesta data com o Engo Pedro Carreira, Diretor da Construtora San José, empresa responsável pela construção do atual edifício dos Paços do Concelho.--------- Trata-se de diferendo no acerto de contas com o Município que se arrasta desde 2008. --------- A empresa continua a reclamar um valor em dívida no valor de 178.866,26€, referente a custos de estaleiro e de estrutura referida na carta do seu advogado Tiago Ramos da Silva, datada de 20/02/2012 (sgd 3972/2012). ---------- A Prospectiva- Projetos, Serviços e Estudos SA, empresa responsável pela fiscalização da obra em causa, na sua comunicação datada de 27-04-2009 (sgd 10737/2009), no seu penúltimo parágrafo refere que "(...) Uma vez que a prorrogação do prazo concedido pelo Dono de Obra foi legal, por motivos imputáveis a este, não vimos como não proceder ao pagamento da indemnização em causa. (...)". Tendo em



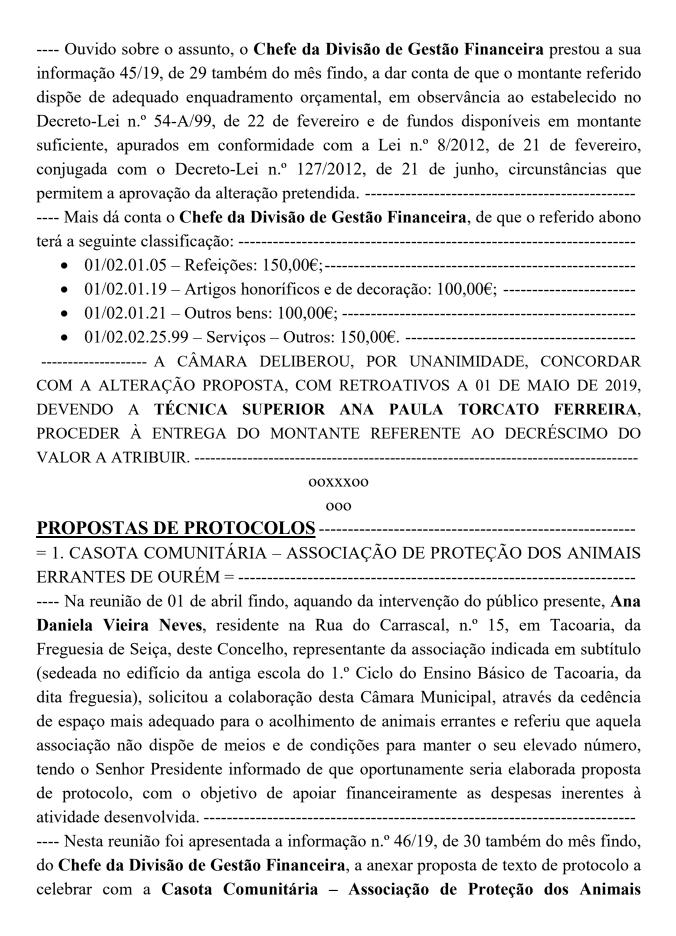
consideração esta informação e porque não existe no processo qualquer informação técnica por parte da DOMSU, solicita-se parecer à referida Divisão. --------- Tendo em conta a informação da empresa de fiscalização, a câmara intentou um processo judicial (Pº Judicial nº 634/11.8BELRA) contra o projetista da obra (Vasco da Cunha) e empresa revisora do projeto (DHV/FBO), que se encontra a decorrer em Tribunal. A última comunicação deste processo data de 14/01/2019 (sgd 2021/2019). No entanto, a empresa projetista, Vasco da Cunha SA, encontra-se em processo de insolvência. --------- Nesta reunião, a empresa apresentou o quadro anexo, continuando a reclamar o valor em causa acrescido de juros de mora, que totaliza já 298.863,22€ à data de 31/12/2018. ---------- Para resolução rápida da situação e porque urge resolver o que se arrasta há demasiado tempo, com juros a acumular, foi apresentada à empresa a contraproposta de pagamento no valor de 150.000,00€, a pagar em três anos, da seguinte forma:-----1. Em 2019, uma prestação única de 60.000,00€ a pagar em março 2019;-----2. Em 2020, o pagamento de 45.000,00€, em duas prestações de 22.500,00€, a pagar em junho e dezembro de 2020;-----3. Em 2021, o pagamento dos restantes 45.000,00€, em duas prestações de igual valor, a pagar em junho e dezembro desse ano. --------- À DOMSU para informação urgente e remeter a meu despacho com urgência, para eventual cabimentação." ---------- O processo encontra-se instruído com as informações que se passam a especificar: Informação n.º 159/19, datada de 04 de março último, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos;-----Informação n.º 44/19, de 29 do mês findo, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, que de igual modo se transcreve: "No âmbito da empreitada de construção do Edifício Sede do Município de Ourém, conforme documentos anexos, a Contrutora San José S.A. solicita uma indeminização em 298.863,22 euros (à data de 31/12/2018) resultantes de custos de estaleiro e de estrutura resultantes dos erros de projeto apurados e que motivaram uma prorrogação do prazo de execução da empreitada referida.--------- Conforme acordo evidenciado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, propõe-se a assunção de uma indeminização de 150 mil euros a pagar em 3 anos com o seguinte cronograma: -----• 60 mil euros em março de 2019; ------

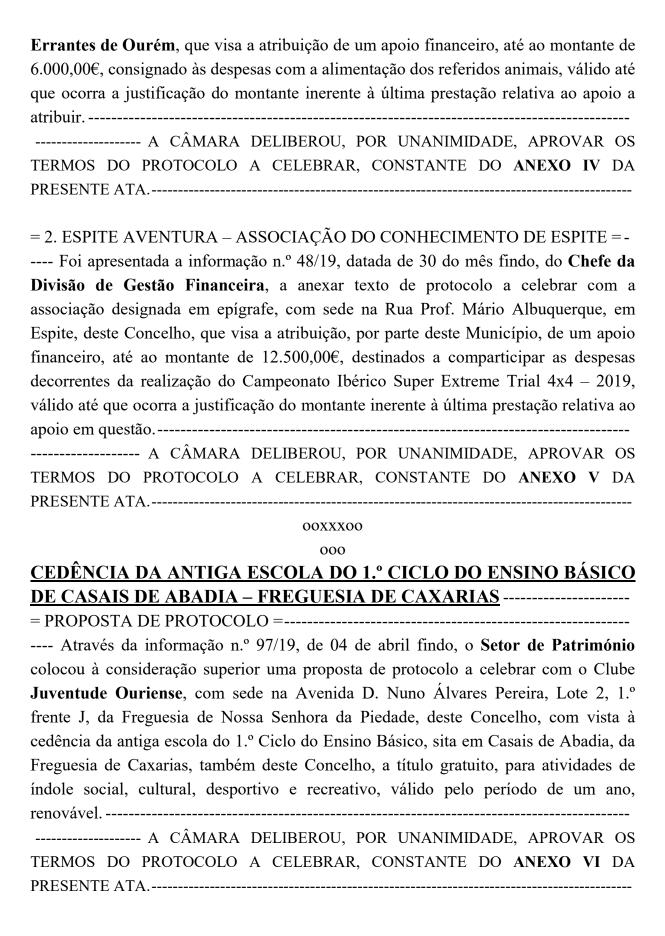
• 45 mil euros em 2020; ------



Motivado por erros do projetista, o empreiteiro geral incorreu em despesas que, segundo foi apurado, legitimamente seriam imputadas ao Dono da Obra.--------- E o que é que a MaisOurém tem a ver com este processo? Tem muito... Talvez mais do que se possa imaginar. Mas, para já tem o denominador comum, Vasco da Cunha... Este gabinete, conforme dito nas peças da proposta, seria o responsável pelos erros que o projeto continha, e que obrigou à realização de obras a mais para os corrigir. Por sua vez, o nome Vasco da Cunha não se consegue dissociar do tema MaisOurém pela sua participação no capital (não realizado!!!) e na gestão da própria empresa. --------- Já lá vai mais de uma década que a gestão camarária na altura PSD iniciou o processo MaisOurém, que embora tivesse sido realizado por concurso publico, não se consegue desligar das relações já existentes entre o então executivo e o gabinete em referência. ---------- Seja como for, o que hoje sabemos é que, direta ou indiretamente, o nome do gabinete, dos seus responsáveis e das suas empresas-mãe aparecem nos órgãos sociais de quase todas as empresas que compunham as empresas acionistas da MaisOurém, tal como a Vasco da Cunha - Projetista (Lx), a Poliplus ou mesmo a LusitaniaCapital. ---------- O Município de Ourém já pagou caro essas relações com a dissolução da MaisOurém e agora prepara-se para continuar a pagar por mais erros.--------- Se alguma vez pode o Município ser ressarcido por estes erros? Pelo lado do projetista, muito dificilmente o será dado o estatuto de insolvência que esta empresa apresenta neste momento. --------- Atendendo ao sentido de responsabilidade, à coerência em processos desta natureza e ao sentido de justiça, que os vereadores do PS têm vindo a demonstrar na sua missão na defesa dos interesses do Município de Ourém, votamos favoravelmente ao proposto.--------- Porem, não podíamos de deixar de efetuar estas referências, para que os munícipes tenham conhecimento do que aqui ocorreu."-----ooxxxoo 000 ALTERAÇÃO DO FUNDO DE MANEIO -----= TÉCNICA SUPERIOR – ANA PAULA TORCATO FERREIRA =---------- Por deliberação datada de 17 de dezembro de 2018, a Câmara autorizou o abono adiantado de 1.000,00€, à **Técnica Superior Ana Paula Torcato Ferreira** (afeta à Assembleia Municipal), destinado a constituir fundos de maneio, para despesas correntes de expediente, urgentes e inadiáveis.--------- Nesta reunião foi apreciado o oficio n.º 17.126/2019, datado de 23 de abril findo, da Assembleia Municipal, a solicitar, por motivos que especifica, a redução daquele valor, para 500,00€. -----

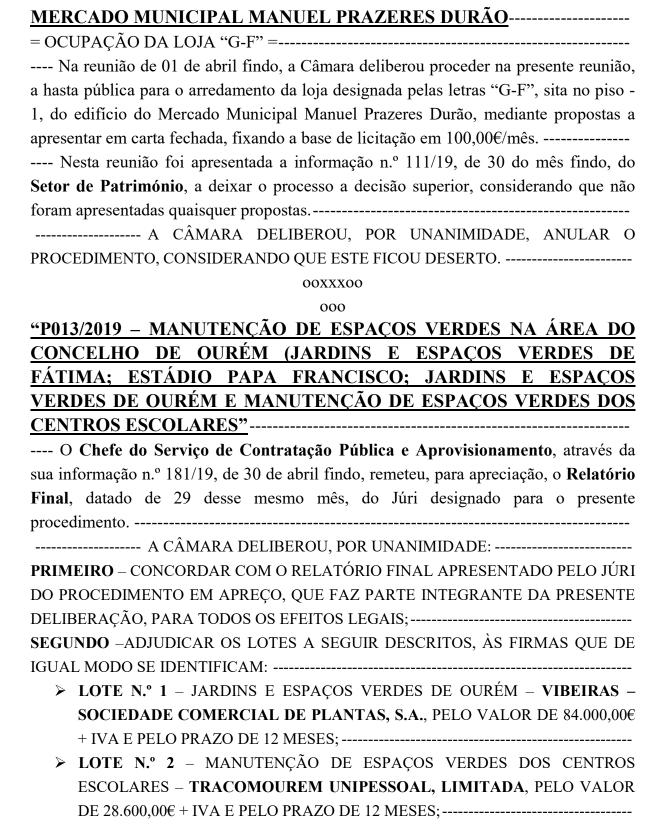


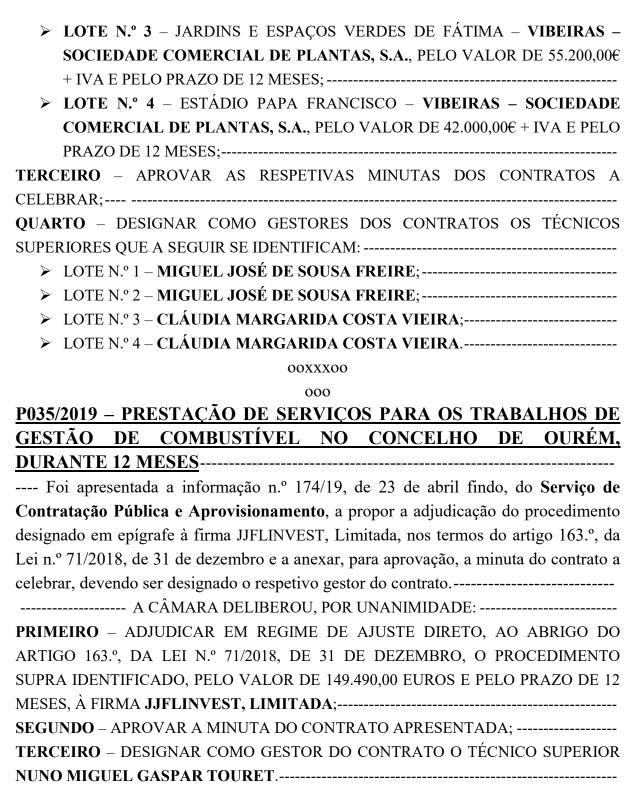






ooxxxoo



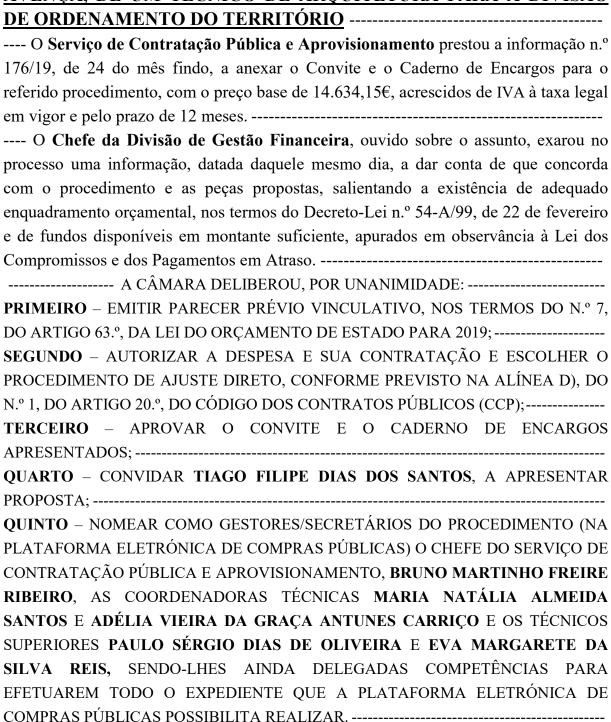




P050/2019 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS DE PATROCÍNIO JUDICIÁRIO DE PROCESSOS PENDENTES (COM MANDATO FORENSE) – AVENÇA --------- No âmbito do procedimento indicado em epígrafe, foi apresentada a informação n.º 175/19, de 23 de abril findo, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a propor a sua adjudicação, em regime de ajuste direto, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 27.º, do Código dos Contratos Públicos, à Sociedade de Advogados Lorena de Sèves & Associados, R.L. e a anexar, para aprovação, a minuta do contrato a celebrar, devendo ser designado o respetivo gestor do contrato. --------- O processo encontra-se instruído com os despachos, do Senhor Presidente, que a seguir se especificam e se transcrevem: -----■ Datado de 12 de abril findo: "Emito parecer prévio favorável. --------- Autorizo a despesa e a sua contratação através do procedimento de ajuste direto. ------ Aprovo o caderno de encargos e o convite. --------- Convide-se a sociedade de advogados "Lorena de Sèves & Associados".--------- Nomeio como responsáveis pelo procedimento na plataforma eletrónica, os trabalhadores indicados na informação"; ------Datado de 24 também de abril findo: "À reunião p/ ratificação despacho contratação". ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – RATIFICAR, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, O DESPACHO, DATADO DE 12 DE ABRIL DE 2019, DO SENHOR PRESIDENTE; ------SEGUNDO – ADJUDICAR, EM REGIME DE AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DA ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ARTIGO 27.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, SERVIÇOS JURÍDICOS SUPRA IDENTIFICADOS, À SOCIEDADE DE ADVOGADOS LORENA DE SÈVES & ASSOCIADOS, R.L., PELO VALOR DE 33.600,00 EUROS E PELO PRAZO DE 12 MESES; ------SEGUNDO – APROVAR A MINUTA DO CONTRATO APRESENTADA; ------TERCEIRO – DESIGNAR COMO GESTOR DO CONTRATO O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO **VÍTOR MANUEL DE SOUSA DIAS**.-----



P058/2019- CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA, DE UM TÉCNICO DE ARQUITETURA PARA A DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO ------

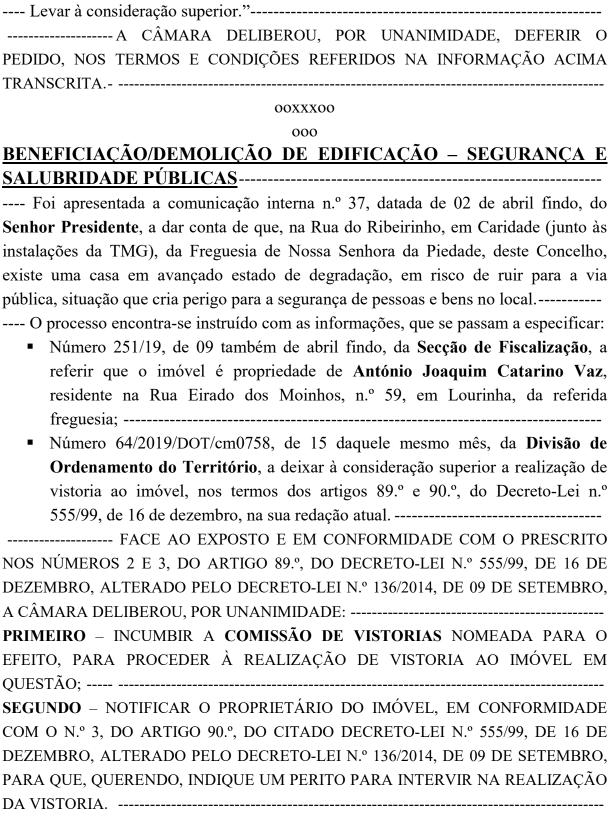




PEDIDO DE DESTAQUE --------- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 90/2019, de JOAQUIM FERREIRA DUARTE, residente na Rua do Arieiro, n.º 6, na localidade de Casal dos Abades, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste Concelho, a solicitar que do prédio, sito na Rua Afonso de Melo, na referida localidade, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 5114 e inscrito na matriz urbana da dita união de freguesias sob o artigo n.º 999, seja destacada uma parcela de terreno, com a área de 1280 m², ficando a confrontar a norte com António Marques Januário e outros, a sul com Palmira Gomes de Bastos, a nascente com Joaquim Ferreira Duarte e a poente com estrada. --------- O processo encontra-se instruído com a informação n.º 63/19/DOT/cm0674, de 12 de abril findo, da **Divisão de Ordenamento do Território**, que a seguir se transcreve: "Nos termos do despacho de 21/02/2019, foram solicitadas correções conforme ponto 2.3 da anterior informação n.º 26/19/DOT/cm0674 (fl.23). ---------- Em resposta à anterior informação, o requerente apresenta elementos (fls. 27 a 30). ---- Os elementos apresentados sanam o ponto 2.3. da anterior informação.--------- Analisada a pretensão, mediante os elementos apresentados, informa-se: -----1. Do pedido: -----1.1 O pedido é relativo a um destaque, dentro do perímetro urbano, da qual resultam duas parcelas:------ Parcela a destacar: 1280 m2; ------- Parcela sobrante: 1679 m2. -----2. Do DL 555/99, de 16/12 (RJUE): -----2.1 A parcela, objeto de operação de destaque, insere-se dentro do perímetro urbano, pelo que a pretensão deve observar o disposto no n.º 4 do art.6.º do RJUE. -----2.2 Face à planta apresentada (fl.29), a operação de destaque está de acordo com o n.º 4 do art.6° do RJUE, atendendo que as duas parcelas, resultantes do destaque, confrontam com arruamento público. --------- Conclusão: ---------- Face ao exposto, não se vê inconveniente no pedido condicionado ao disposto no n.º 6 e n.º 7 do art.6º do RJUE, designadamente: -----• Na área correspondente ao prédio originário, não é permitido efetuar novo destaque, por um prazo de dez anos contados da data do presente destaque; ------• O ónus do não fracionamento deve ser inscrito no registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer

obra de construção nessas parcelas. -----







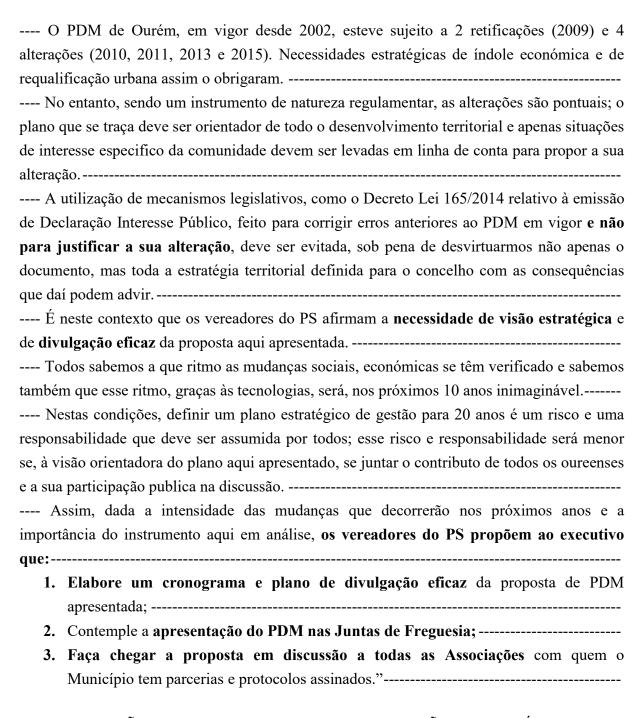
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OURÉM-----= 1. DISCUSSÃO PÚBLICA = ---------- No âmbito do assunto mencionado em epígrafe, foi apresentada a informação n.º 11/19/DOT/671, datada de 30 de abril findo, da Divisão de Ordenamento do Território, que a seguir se reproduz na íntegra: "A revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém foi realizada no quadro do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), tendo seguido os seguintes procedimentos (principais): ----i. Início do procedimento: Aviso n.º 12579/2007, de 11 de julho e Aviso n.º 12817/2010, de 25 de junho;----ii. Parecer final da comissão consultiva (nos termos do artigo 85.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – RJIGT, emitido no âmbito da 4.ª reunião plenária realizada em 18 de janeiro de 2017; -----iii. Desde da referida reunião plenária, a Câmara Municipal promoveu, nos termos do artigo 87.º do RJIGT, a concertação com as entidades que no contexto daquela comissão discordaram das opções adotadas na proposta de revisão do plano (versão outubro de 2016).--------- Neste sentido, reformulada a proposta de Plano em conformidade com o parecer final e as reuniões de concertação realizadas, o próximo passo é a abertura do período de discussão pública, em acordo com o disposto no artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. ---------- Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere proceder à abertura do período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém, o qual terá a duração de trinta dias, iniciando-se cinco dias após a publicação do respetivo aviso em Diário de República (Cf. n.º 2 do artigo 89.º do RJIGT). --------- Dos elementos a disponibilizar para consulta farão parte, para além dos elementos técnicos da proposta, o relatório da avaliação ambiental estratégica, o parecer final, a ata da comissão consultiva, os demais pareceres emitidos e os resultados da concertação. --------- A proposta de revisão do Plano estará disponível para consulta nos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, bem como no sítio eletrónico do Município. ---------- Os interessados deverão apresentar as observações e sugestões mediante o requerimento disponibilizado no sítio eletrónico do Município, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Ourém, por correio, Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém, ou através de correio eletrónico para o endereço: revisaopdm@cm.ourem.pt.--

Considerando tudo o que vem de ser referido, propõe-se que a Câmara Municipa
delibere:
a) Primeiro – concordar, para efeitos de discussão pública, com a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém;
b) Segundo – proceder à abertura do período de discussão pública pelo período de 30 dias (Cf. n.º 2, do artigo 89.º do RJIGT)
À consideração superior,"
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:
PRIMEIRO – CONCORDAR COM A PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE OURÉM;
SEGUNDO – SUBMETER A PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR
MUNICIPAL DE OURÉM, A DISCUSSÃO PÚBLICA, PELO PERÍODO DE 30 DIAS
CONFORME REFERIDO NO N.º 2, DO ARTIGO 89.º, DO REGIME JURÍDICO DOS
INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL
O Senhor Presidente apresentou a seguinte declaração: "Volvidos que estão mais de
doze anos desde a decisão de desencadear a revisão do Plano Diretor Municipal, é uma grand-
honra para nós, apresentar hoje a versão final deste instrumento de gestão territorial
Não será fácil fazer uma apresentação de todo o trabalho desenvolvido, no entante
enfatizar, que é por demais evidente a complexidade de harmonizar ou compatibilizar o
diferentes interesses implicados no uso e transformação do solo; solo este que é por naturez
escasso e irreprodutível. Esta ponderação de interesses e a superação dos conflitos d
interesses que encontramos a propósito da utilização do solo entre:
1. Interesses públicos e privados colidentes;
2. Interesses públicos que não são coincidentes;
3. Interesses privados divergentes;
justificam em certa medida, o tempo de elaboração da proposta, ou os quase três ano
(desde a submissão do projeto de Plano à Comissão de Coordenação e Desenvolvimente
Regional em Outubro de 2016) para concertação com as entidades que demonstraran
discordância com as opções do futuro plano
- Dito isto, enuncio as principais linhas de força, objetivos da proposta que pretendemo
submeter a discussão pública:
- Um modelo de ordenamento que promova a colmatação e contenção dos perímetro
urbanos, permitindo a promoção da reabilitação e regeneração dos centros urbanos,
rentabilização das infraestruturas, a racionalização de maior cobertura dos equipamento
públicos, e a salvaguarda dos recursos naturais



- Afirmação do eixo urbano Fátima - Ourém - Caxarias - Freixianda, acompanhando o reforço da rede urbano de 2.º nível; ------- Dinamizar a economia e incrementar a inovação, competitividade e internacionalização, com destaque para a melhoria das acessibilidades externas e internas (A1 e IC9); ------- Espaços de atividades económicas com elevados níveis de infraestruturas e serviços;------ Potenciar as aptidões territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental e patrimonial (ex:. delimitação e salvaguarda das áreas de risco, nomeadamente as áreas inundáveis, de incêndio rural, de forma a garantir a segurança de pessoas e bens).--------- Seja-me permitido, a par dos objetivos que, infra, enunciei, fazer uma referência a um assunto que mereceu a nossa maior preocupação: a relação das ações e opções do Plano com o adequado enquadramento da sustentabilidade económica e financeira, em estreita articulação com o programa de execução. Programa de execução este, onde estão vertidas as intervenções prioritárias, previstas a curto, médio e longo prazo.--------- Ora, convencido de que a revisão do Plano Diretor Municipal não é, um instrumento imaculado e que a aplicação no dia a dia poderá suscitar novos diálogos, novas abordagens e problemáticas, a Câmara Municipal procurará, com empenho, acompanhar e caso se justifique, corrigir, as matérias que se venham a revelar desadequadas. ----------- Nesta tarefa, contamos com a mobilização e empenho das juntas de freguesia, a sua disponibilidade para contribuir na identificação desses constrangimentos, bem como a motivação para, em colaboração com a Câmara Municipal, concretizarem as ações previstas no Plano. --------- Como nota final, aproveito para agradecer e elogiar o empenho de TODOS os intervenientes na preparação deste Plano; onde estará a estratégia de atuação, o quadro orientador de desenvolvimento do nosso Concelho, para os próximos anos." --------- Os Senhores Vereadores Cília Maria de Jesus Seixo, José Augusto Dias dos Reis e João Miguel Caldeira Heitor, apresentaram o documento, que se passa a transcrever: "O Plano Diretor Municipal é o instrumento de gestão territorial que, em termos municipais, garante a conciliação de vários interesses públicos, tendo em conta as estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a sustentabilidade e a solidariedade intergeracional, na ocupação e utilização do território. É, portanto, o instrumento que, a longo prazo, perspetiva o futuro do município em termos de organização do território a nível industrial, ambiental, comercial, habitacional, etc. ---------- Por outro lado, os planos municipais de ordenamento do território são instrumentos de natureza regulamentar que vinculam as entidades públicas e, direta e imediatamente, os particulares.-----



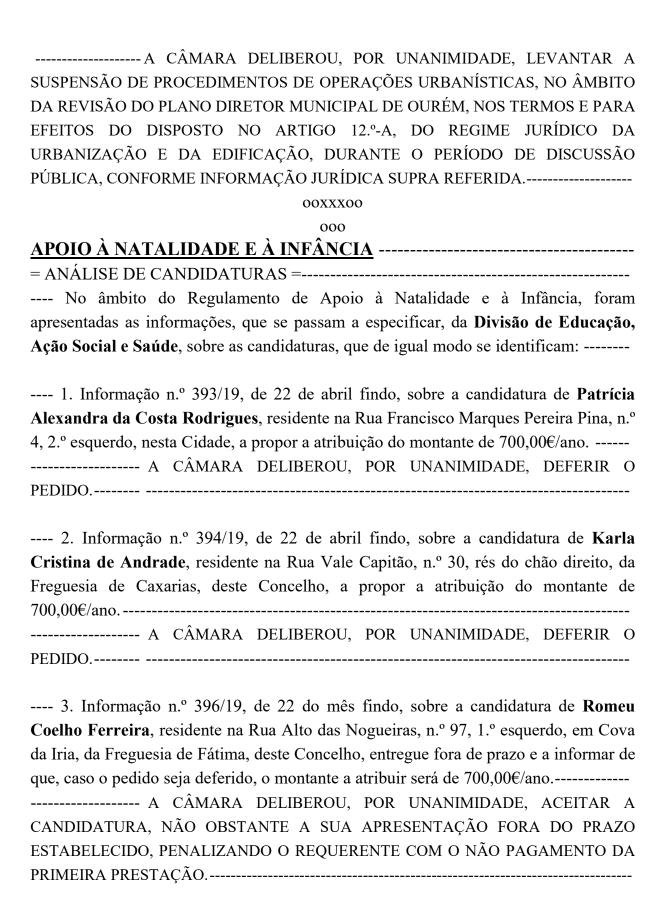


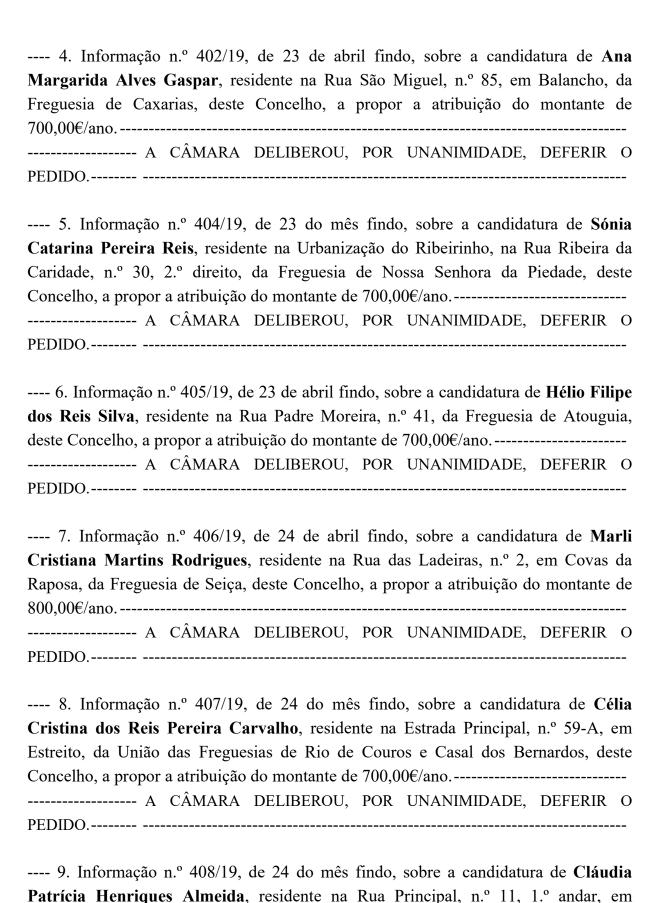
= 2. SUSPENSÃO DE PROCEDIMENTOS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS = -- --- Ainda sobre o assunto em referência, foi apresentada a informação n.º 42/2019/DOT/cm0579, de 30 de abril findo, da **Chefe da Divisão de Ordenamento do Território**, que se passa a transcrever: "Nos termos do artigo 12.º- A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e do artigo 145.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, é

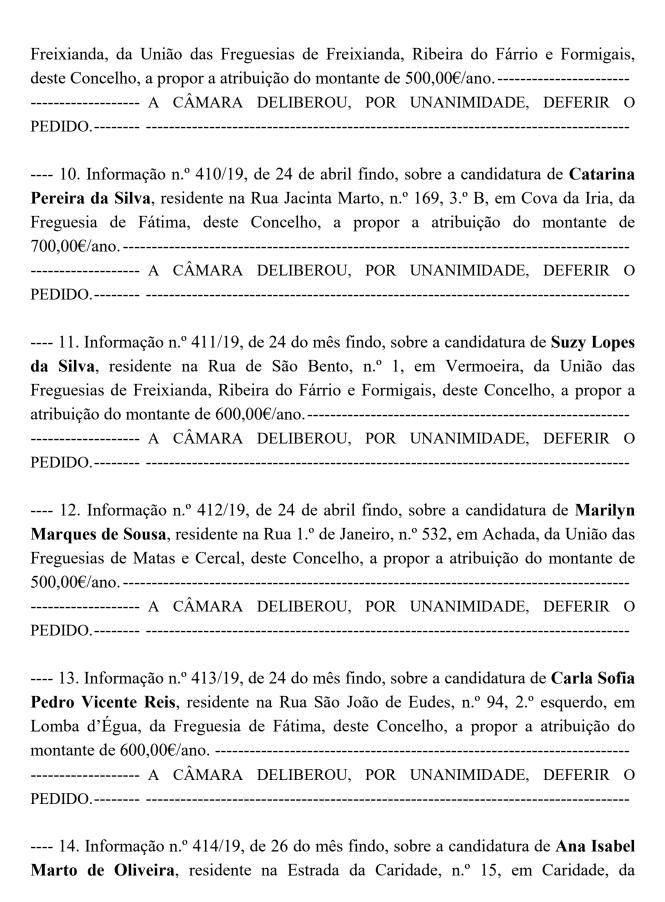


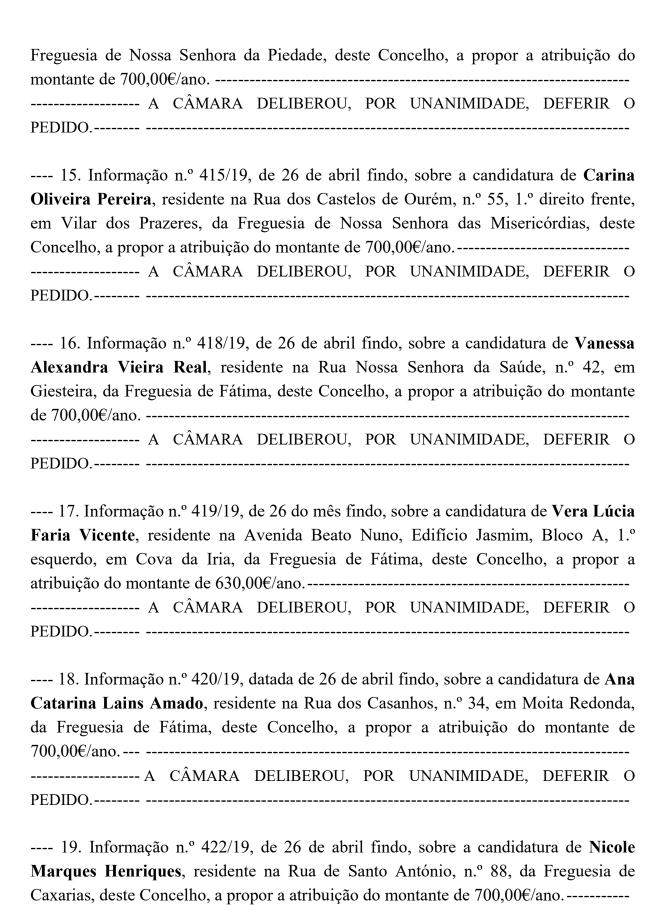
imposta a suspensão dos procedimentos de informação prévia, comunicação prévia e licenciamento, em todos os seus trâmites, nas áreas a abranger por novas regras urbanísticas a partir do início do período de discussão pública e até à data da entrada em vigor do PDMO.-------- O número 2 do artigo 145.º acima referido, menciona que cessando a suspensão do procedimento (a partir da data fixada para o inicio do período de discussão publica até à data da entrada em vigor do plano), as operações urbanísticas atrás referidas são decididas de acordo com as novas regras em vigor, ou como refere o n.º 3 do mesmo artigo, caso as novas regras não entrem em vigor no prazo de 180 dias desde a data do inicio da respetiva discussão publica, cessa a suspensão do procedimento, devendo neste caso prosseguir a apreciação do pedido até à decisão final de acordo com as regras urbanísticas em vigor à data da sua prática.--------- Conforme n.º 4 do já mencionado artigo 145.º, não se suspende o procedimento quando o pedido seja feito "ao abrigo de normas provisórias ou tenha por objeto obras de reconstrução ou de alteração em edificações existentes, desde que tais obras não originem ou agravem desconformidade com as normas em vigor ou tenham como resultado a melhoria das condições de segurança e de salubridade da edificação." --------- Para além da situação atrás referida, em que os procedimentos não se suspendem, nos restantes, quer estes tenham dado entrada nos respetivos serviços antes ou durante o período de discussão pública, <u>ficam automaticamente suspensos</u>. ---------- Em causa está, de facto, uma suspensão automática dos procedimentos em curso, uma medida de natureza cautelar que visa a salvaguarda das novas soluções urbanísticas e a prossecução do interesse público de ordenamento e planeamento, acautelando assim, as opções refletidas no futuro plano. --------- Face ao aqui exposto, e consultada a professora Fernanda Paula Oliveira sobre o assunto de "suspensão dos procedimentos de gestão urbanística", a mesma emitiu o parecer que se anexa. ---------- Face ao exposto na presente informação e ainda da leitura feita ao parecer jurídico, propõe-se que:- --------- a) a Câmara delibere levantar a suspensão dos procedimentos conforme quadro apresentado no parecer da Professora Fernanda Paula Oliveira (ver página 7 do referido parecer)." ---------- Do processo faz também parte uma informação jurídica, datada de 16 também de abril findo, da Professora da Faculdade de Direito de Coimbra, Fernanda Paula Oliveira. ------



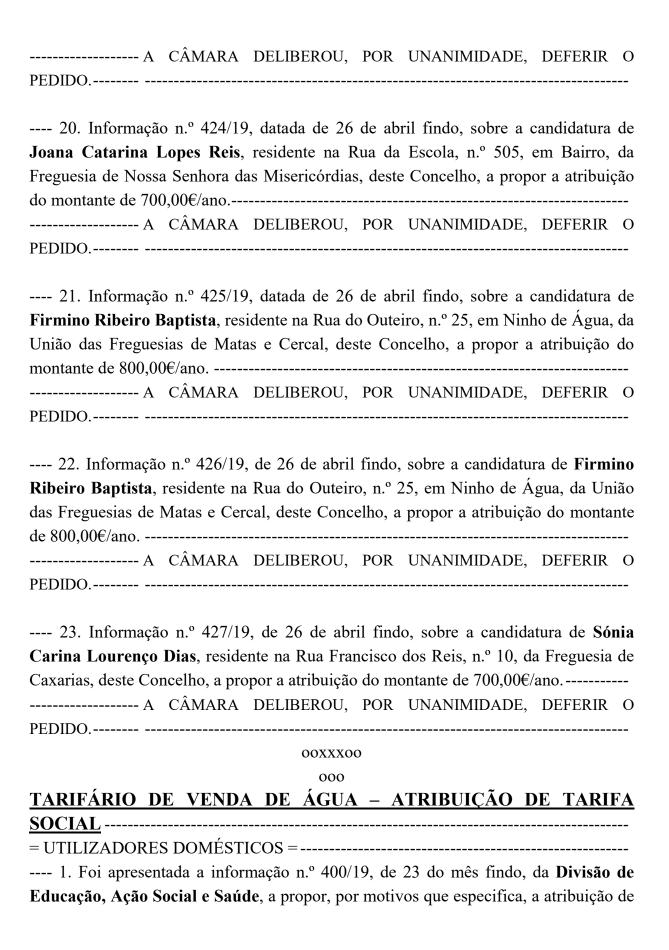


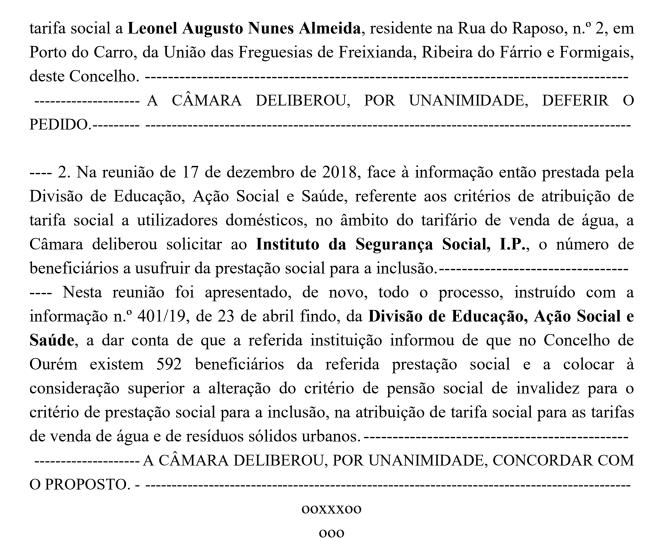




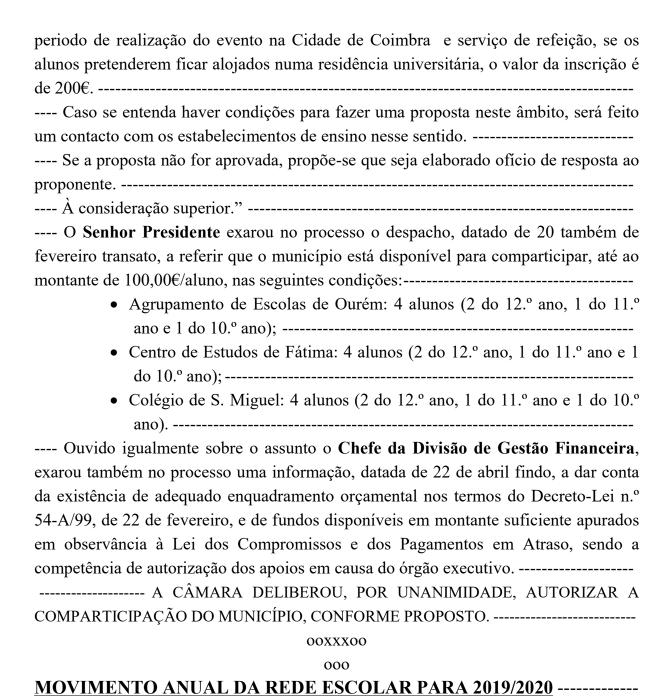




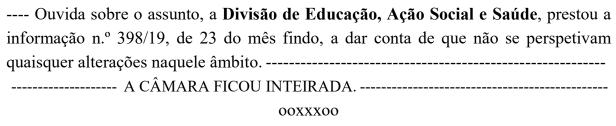




UNIVERSIDADE DE VERÃO 2019 -----





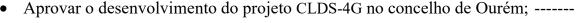


000

CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 4G -----

---- Foi apresentado o oficio de referência SCC-32269/2019, de 22 de abril findo, do Instituto da Segurança Social, I.P., sedeado na Avenida 5 de Outubro, n.º 175, em Lisboa, a solicitar que este Município se manifeste sobre o interesse no desenvolvimento do projeto referido em epígrafe, no Concelho de Ourém. ---------- Ouvida sobre o assunto, a Divisão de Educação, Ação Social e Saúde, prestou a sua informação n.º 431/19, de 30 também do mês findo, que se passa a transcrever: "No âmbito da publicação do Despacho n.º 3998/2019, de 10 de abril de 2019, o Instituto da Segurança Social, IP convida a Câmara Municipal de Ourém para, no prazo de 10 dia úteis a contar da data de receção da notificação, a manifestar interesse no desenvolvimento do projeto CLDS-4G no concelho de Ourém, e, em caso de resposta positiva e conforme o disposto no n.º 1 do artigo 10.º da Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, designar a entidade coordenadora local da parceria para o CLDS-4G, de entre entidades de direito privado sem fins lucrativos que atuem na área do desenvolvimento social e no território de intervenção do CLDS-4G, indicando, para o efeito, o respetivo NIF.--------- Na mesma comunicação é referido que, por se tratar de um CLDS de continuidade, o projeto a implementar no concelho tem que manter a abrangência territorial definida no Aviso supracitado e desenvolver, decorrente das vulnerabilidades que caracterizam o território, todas as ações obrigatórias determinadas para os seguintes eixos de intervenção, previstos no n.º 1 do Artigo 4.º da Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, a saber: Eixo 1 – Emprego, Formação e Qualificação. A categoria de financiamento para concelho de Ourém é a categoria I, cujo limite mínimo de financiamento é de 300.000,00€ e máximo de 400.000,00€, e a equipa técnica a afetar a este projeto deve ser composta, no mínimo por, 1 coordenador e 1 técnico superior. ---------- O coordenador que integra a equipa técnica, segundo a sessão de esclarecimentos com autarquias, realizada em Aveiro, no dia 24/04/2019, deve ser indicado também pela Câmara Municipal.--------- Deste modo, e atendendo ao trabalho desenvolvido pela equipa CLDS-3G cessante e ao enquadramento do despacho em apreço, propõe-se: -----





- Convidar a APDAF Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, instituição particular de solidariedade social, com o NIF 510 246 540, para entidade coordenadora local da parceria; ------
- Caso seja aprovada a APDAF como entidade coordenadora local da parceria, solicitar que a mesma designe um coordenador da equipa técnica. -----

---- À consideração superior." --------- O Senhor Presidente exarou no processo o despacho, datado também de 30 do mês findo, que se passa a reproduzir: "Concordo com o proposto, tendo em consideração os pressupostos de continuidade que estão subjacentes à aprovação do projeto. --------- Solicite-se à APDAF que indique coordenador de projeto."--------- O processo encontra-se instruído com a carta registada sob o n.º 18.140/2019, da APDAF - Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, sedeada na Rua Santa Teresa de Ourém, n.º 31, nesta cidade, a manifestar a sua disponibilidade e a indicar a Dr.ª Elsa Margarida Pereira Bernardes como coordenadora do referido programa. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR

COM O PROPOSTO.-----

ooxxxoo

000

ADITAMENTO AO CONTRATO "CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E **GESTÃO** SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO DO DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO DO CONCELHO DE OURÉM" -----= PLANO DE INVESTIMENTOS DA BE WATER, S.A. – 2019 = ---------- Relativamente ao assunto designado em epígrafe, a Chefe do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade prestou a sua informação n.º 274/19, datada de 17 do mês findo, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se transcreve: "1. Enquadramento --------- Nos termos do artigo 86.º do Contrato de "CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

PARA CONSUMO PÚBLICO DO CONCELHO DE OURÉM", na redação dada pelo contrato n.º 20/2005 (aditamento ao contrato de concessão) e pela decisão do Tribunal Arbitral, vem referido no n.º 2 que até 30 de setembro de cada ano, a concessionária apresentará o Programa Anual respeitante a todas as obras a realizar no âmbito do Plano de Investimentos, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro. --------- De acordo com o n.º 1, do artigo 86.º, este Programa Anual será aprovado pela Concedente e englobará obras até ao montante previsto no Plano de Investimentos (PI), definindo detalhadamente a totalidade das intervenções a efetuar. Este Programa Anual considera-se tacitamente aprovado se decorridos 60 dias, contados da data de entrega da proposta, a Concedente não se tiver pronunciado (cf. n.º 4, do artigo 86.º). O PI deve obedecer ao previsto no Anexo E2, do contrato de concessão, incluindo alterações que venham a ser acordadas nas revisões periódicas, estando a responsabilidade da concessionária limitada aos montantes globais e anuais previstos no anexo referido, mesmo no caso de ocorrerem valores diferentes na fase de adjudicação das obras (cf. artigo 85.º). Os montantes dos Plano de Investimentos são atualizáveis anualmente em janeiro de cada ano com base na variação do IPC verificada nos últimos 12 (doze meses), tomando como valor de referência o IPC relativo ao mês de outubro de 2004 (cf. artigo 85.º) ---------- A proposta da empresa concessionária foi entregue em 28/09/2018, que considerava um montante de investimento atualizado de 1.367.704,21€, resultante de uma listagem de obras renegociadas com o Executivo, que foi reformulada em novembro de 2018, passando o valor a ser de 1.379.748,80€, que teve em consideração a variação do IPC prevista no artigo 85.º, do Contrato de Concessão referido anteriormente. -----2. Análise da Proposta de Plano de Investimentos-----2.1 Obras a Executar - De acordo com o Anexo E2, do contrato de concessão, referente ao Plano de Investimento, em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 estava previsto executar as seguintes obras: ------

Tabela 1: Obras do Anexo E2 (preços constantes 2004) -----

Tabela 1. Obras do Aliexo Ez (preços constantes 2004)					
Designação	2015	2016	2017	2018	2019
Reservatório da Achada					
- 1 Captação na Achada		67.249,00€			
- 1 Posto de Transformação na		67.000,00€			
Achada					
Reservatório no Estreito		115.257,00€		87.500,00€	
- 2 X Captações do Estreito			163.000,00€		
- 1 X PT			75.000,00€		
Remanescente Leirislena	148.000,00€				
Reservatório de S.Gens		242.949,00€	242.949,00€		
- 2 captações S. Gens				100.000,00€	100.000,00€
- 1 Pt				75.000,00€	
- Rede de Distribuição para					
Ourém					
- Redes da Caridade Mata					
Rede de Distribuição para Ourém			187.500,00€	187.500,00€	
+ Olaia + Peras Ruivas					
Substituição de Captação		40.000,00€			122.401,00€
Caridade					



Rede de Distribuição do Bairro					375.000,00€
Total	148.000,00€	532.455,00€	668.449,00€	450.000,00€	597.401,00€
Total 2015-2019			2.396.305,00€		

<u>2.2 Acompanhamento do Plano de Investimentos</u> - Atendendo ao desfasamento temporal entre o Anexo E2 de 2015 e as necessidades atuais e devido a acordos que foram sendo feitos com a autarquia, os vários Planos Anuais de Investimento foram aprovados com diferenças relativamente ao anexo referido, resultando nas seguintes obras previstas/executadas:------

Tabela 2: Planos de Investimentos Anuais -----

Designação	Proposta	Proposta	Proposta	Proposta	Total	Total
	2016 2015	2016 2016	2017 2017	2018	Faturado 2015 a 2017	Faturado 2018
Uma Captação na Pairia	2015 23.546,43€	2016	2017		2015 a 2017 27.676,29€	2018
Uma Captação na Achada	23.340,430				27.070,270	
Um PT na Achada						
Rede adutora Pairia - Alto das Pinheiras + EE + Rede adutora +Ligações		185.834,46€		236.756,20€		58.913,26€
Reservatório no Estreito		115.257,00€		115.257,00€		
Rede de Distribuição da Chã – Caxarias				87.500,00€		
Remanescente Leirislena						
Reservatório de S.Gens			485.898,00€	485.898,00€		272.775,29€
Recuperação de 4 Captações em exploração (AC4)		40.523,00€		29.471,04€	13.187,50€	6 191,00€
Captação nova na Caridade – AC2B		34.248,00€				37.470,00€
Estrada da Mata - Caridade - N.ª Sra Piedade		281.250,00€			126.441,10€	
Rua do Ribeirinho - Ourém - N.ª Sra Piedade					65.742,95€	
Rua Principal - Fontainhas de Seiça + Hidropressor					123.667,70€	5.794,72€
Avenida Beato Nuno Mac Donalds					14.751,58€	
Renovação parcial da rede de abastecimento de água à Rua Jacinta Marto/Av. BN			30.540,38€			57.197,00€
Remodelação da conduta de água— Av. Beato Nuno (Troço - Rua das Terras Novas - Rua da Padroeira)			20.812,01€			27.139,00€
Rede de distribuição para Ourém+Olaia+Peras Ruivas			127.314,77€	396.883,18€		
D. Nuno Álvares Pereira, Cercal						38.113,19€
Rua Padre Sousa, Matos						23.359,73€
Rua do Barreirinho/Pessegueiro/Travessa dos Penedos						
Zona Industrial de Fátima (estrada da Batalha)						
Estrada da Póvoa - Póvoa - Freixianda						
Rua da Tojeira - Atouguia						
Vale Porto						
Rua da Padroeira - Fátima				22.020.210		
Captação em Casal Ribeiro			2 994 000	33.920,21€		7 700 000
Avaliação dos Recursos Aquíferos do Município de Ourem			3.884,09€	11.641,34€		7.700,00€
Massa Insolvente Leirislena	2.238,33€				2.610,51€	
Total (preços constantes 2004)*	25.784,76€	657.112,46€	668.449,24€	1.397.326,97€	2.010,510	
Total (Precos Correntes)	30.286,80€	783.142,24€	804.565,07€	1.677.945,51€	374.077,63€	534.653,19€



908.730,82€

* Índice provisório

Tabela 3: Obras Realizadas no PI de 2018 e Justificação -----

Plano de Investimentos Contratual, para o ano de 2018 (ao previsto, irá juntar-se o transitado de anos anteriores)					
Investimentos – Designação	And	2018	Justificações		
	Previsto – preços correntes [€)	Faturado - preços correntes (€)			
Reservatório do Estreito	137 528,82	0	Obra adjudicada. Finalizar a construção do reservatório, suspensa aquando do período de renegociação contratual. A Be Water está de momento a analisar quais são os trabalhos que são mesmo necessários. Projeto hidráulico analisado. Estima-se que a obra esteja concluída em junho de 2019.		
1 x Captação Casal Ribeiro	40 865,65	0	Este investimento visa prevenir a dependência deste sistema de uma só captação de água. A Assembleia de Freguesia da UF de Rio de Couros e Casal dos Bernardos já deu autorização para a execução da captação no seu terreno. Está em andamento o pedido da licença de pesquisa.		
Rede Distribuição para Chã (Caxarias)	105 416,35	0	Depois do reservatório do Estreito construído, o sistema de Caxarias deve ser repartido - ligar o reservatório do Estreito ao sistema de Caxarias, via Chã - para se pouparem as captações AC7 e AC8, que estão no limiar da capacidade de exploração. Projeto em curso.		
Reservatório São Gens	584 841,05	272 775,29	A obra está na fase de arranjos exteriores e parte hidráulica. Estima-se que a obra esteja pronta no final de março.		
Recuperar uma captação, no sistema de abastecimento da Caridade (AC4)	35 165,65	6 191,00	Investimento já aprovado, dada a urgência da mesma. Captação recuperada.		
1x Captação nova – AC - B		37 470	Captação efetuada.		
Remodelação da rede de abastecimento de água - Avenida D. Nuno Álvares Pereira - Ourem	0	0	A execução e custas foram assumidas pelo município de Ourém. A obra está pronta.		
Rede de distribuição para Ourém+Olaia+Peras Ruivas	121 099,98	0	Este Projeto visa renovar a rede adutora que provém do reservatório novo de São Gens, a construir, até ao reservatório da Lourinha e à ligação da conduta adutora para o reservatório da Carapita (excluindo os troços da rede adutora entretanto executados). Visa igualmente renovar a rede distribuidora, desde o reservatório da Lourinha ao centro da cidade de Ourém, e a rede adutora desde o reservatório da Lourinha ao reservatório da Olaia, e a rede distribuidora, desde o reservatório da Lourinha ao loteamento "Jardins de São Miguel". Em março de 2019 será feita a parte da obra entre o "Buraca" e a rotunda do Álamos.		
D. Nuno Álvares Pereira, Cercal	45 000	38 113,19	A obra está quase pronta. Faltam reposições.		
Rua Padre Sousa, Matos	25 000	23 359,73	Abastecimento de água potável à Zona Industrial dos Matos - Ninho d'Águia - Cercal (sugestão do município). A obra está finalizada.		
Vale Porto	150 000	0	Construção de um pequeno reservatório em betão armado, uma instalação para albergar um Hidropressor, e a rede de distribuição respetiva, a partir deste hidropressor (sugestão do município). O projeto está pronto. Está para analise na CMO.		
Rua do Barreirinho/Pessegueiro/Travessa dos Penedos	20 000	0	Extensão de rede para abastecimento de água a 5 moradias (sugestão do município) que estará terminada brevemente em março de 2019.		
Zona Industrial de Fátima (estrada da Batalha)	28 000	0	Extensão de rede para abastecimento de água a 8 pavilhões (sugestão do município). Em projeto. Já foi solicitado parecer à IP-1 e a CM Batalha. O processo está na BW para analisar as autorizações dos particulares.		
Estrada da Póvoa - Póvoa - Freixianda	18 500	0	Extensão de rede para abastecer uma moradia, e reforçar o sistema de abastecimento ao local, nomeadamente no verão - Estrada da Póvoa - Póvoa - Freixianda. A começar em 2019.		
Rua da Tojeira - Atouguia	50 000	0	Extensão de rede para abastecer 5 novas moradias - Rua da Tojeira - Atouguia (sugestão do município). Em estudo.		



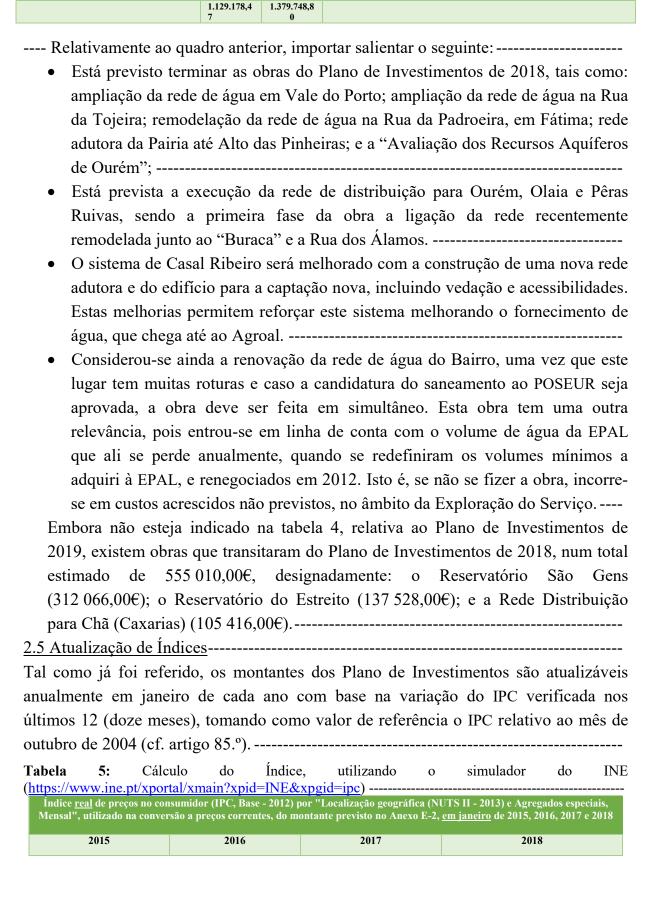
Rua da Padroeira - Fátima	20 000	0	Renovação de rede, numa Rua que irá ser sujeita a infraestruturação de rede de saneamento, por parte do município (sugestão do município). Em estudo.
Rede adutora Pairia-Alto das Pinheiras + EE Alto das Pinheiras-Achada + Rede adutora Alto das Pinheiras- Achada+Ligações do reservatório da Achada-Rede de distribuição	282 504	58 913,26	Esta obra, entretanto, aprovada, é essencial para o início da exploração do reservatório da Achada, que irá ser fundamental na gestão do abastecimento de água ao sistema do Olival. A obra está a decorrer.
Rua Principal - Fontainhas de Seiça + Hidropressor		5 794,72	Obra terminada.
Renovação parcial da rede de abastecimento de água à Rua Jacinta Marto/Av. BN		57 197,00	Obra terminada.
Remodelação da conduta de água e dos ramais domiciliários — Av. Beato Nuno (Troço - Rua das Terras Novas - Rua da Padroeira) (Obra sugerida pelo município de Ourém)		27 139,00€	Obra terminada.
Avaliação dos Recursos Aquíferos do Município de Ourem	14 025	7 700,00	Esta obra foi sugerida pelo município de Ourém e estender-se-á por cerca de 2 anos, após início. É uma empreitada essencial ao estudo e determinação do potencial hídrico do aquífero de Ourém. Projeto em desenvolvimento.
	1 677 945,51	534 653,19	
Diferença	1 143 292,32		-

2.4 Proposta de Plano de Investimentos para 2019

Para o ano de 2019 estão previstos os investimentos apresentados no quadro seguinte:

de Concessão (ao previsto	executar, irá	juntar-se o m	ontante não realizado e que transita de anos anteriores)
Designação da obra	preços constante s de 2004	preços correntes	Justificações
Rede de distribuição para Ourém+Olaia+Peras Ruivas	375 000,00	448 913,16	Este projeto visa renovar a rede adutora do reservatório novo de São Gens, em construção, até ao reservatório da Lourinha e à ligação da conduta adutora para o reservatório da Carapita. Visa igualmente renovar a rede distribuidora, desde o reservatório da Lourinha ao centro da cidade de Ourém, e a rede adutora desde o reservatório da Lourinha ao reservatório da Olaia, e a rede distribuidora, desde o reservatório da Lourinha ao loteamento "Jardins de São Miguel". Obra em 2019.
Renovação e ampliação da rede de distribuição do Bairro	375 000,00	463 118,63	Esta obra visa renovar a rede de distribuição de água desta localidade, que regista mais de 40 avarias de rede por ano, e o aumento do rendimento comercial correspondente, por redução das perdas de água, foi contemplado na redefinição da nova curva de volumes mínimos a contratar à EPAL, aquando da renegociação do seu contrato com o município de Ourém. Preço estimado.
Vale Porto	100 753,85	120 000,00	Construção de um pequeno reservatório em betão armado, uma instalação para albergar um Hidropressor, e a rede de distribuição respetiva, a partir deste hidropressor (sugestão do município - PI 2018).
Zona Industrial de Fátima (estrada da Batalha)	15 514,42	18 666,67	Extensão de rede para abastecimento de água a 8 pavilhões (sugestão do município - PI 2018). Preço estimado.
Rua da Tojeira - Atouguia	41 556,47	50 000,00	Extensão de rede para abastecer 5 novas moradias - Rua da Tojeira - Atouguia (sugestão do município - PI 2018). Preço estimado.
Rua da Padroeira - Fátima	16 622,59	20 000,00	Renovação de rede, numa Rua que irá ser sujeita a infraestruturação de rede de saneamento, por parte do município (sugestão do município - PI 2018). Preço estimado.
Rede adutora Pairia-Alto das Pinheiras	161 040,46	189 285,71	Esta obra, já adjudicada, irá iniciar-se em novembro/18 e é essencial para o início da exploração do reservatório da Achada, que será fundamental na gestão do abastecimento de água ao sistema do Olival (PI 2018).
Rede adutora nova captação Casal Ribeiro + edifício para a captação nova + vedação + acessibilidades	34 548,26	58 764,64	Obra necessária para o funcionamento da nova captação do Casal Ribeiro, aproveitando as infraestruturas já existentes, nomeadamente a ETA. Preços estimados.
Avaliação dos Recursos Aquíferos do Município de Ourem	9 142,42	11 000,00	Este serviço, sugerido pelo município de Ourém, é essencial ao estudo e determinação do potencial e riscos/pressão sobre o aquífero de Ourém e é um imput para o PSA. Decorre desde março/18.







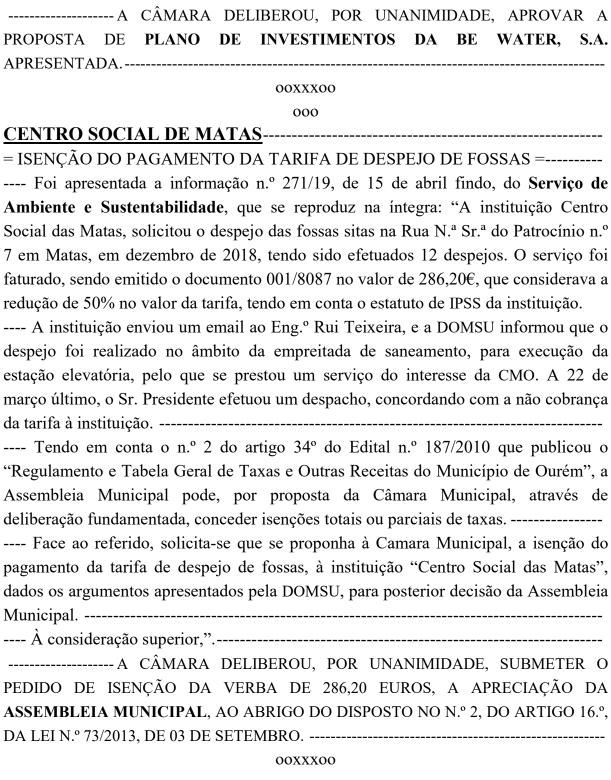
1,175392	1,191021	1,203182

Tabela 6: Ponto de situação – Plano de Investimentos-----

		Anexo E2		Exec	utado
Ano	preços constantes de 2004 (€)	Índices	preços correntes (€)	preços constantes de 2004 (€)	preços correntes (€)
Ano de 2015	148.000,00€	1,166277	172.609,00€	25 784,76€	30.286,80€
Ano de 2016	532.455,00€	1,175392	625.843,00€	12 550,35€	14.751,58€
Ano de 2017	668.449,00€	1,191021	796.137,00€	279 939,95€	329.039,25€
Ano de 2018	450.000,00€	1,203182	541.432,00€	444 365,99€	534.653,19 €
Ano de 2019	597.401,00€	1,234983	737.780,00€		
Total	2.396.305,00€		2.873.802,00€	762 641,05 €	908.731,00€
Diferença (Preços correntes €)			1 965 071,00 €		

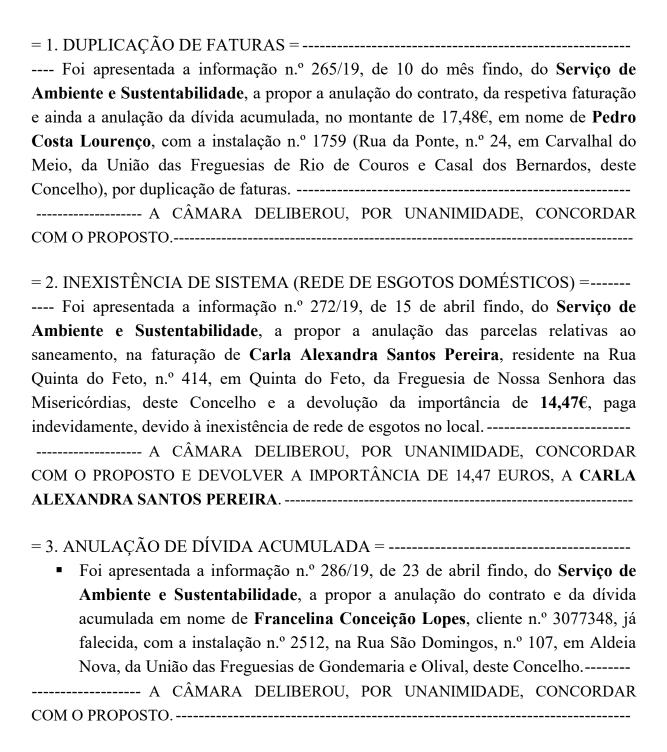
3. Conclusão -----



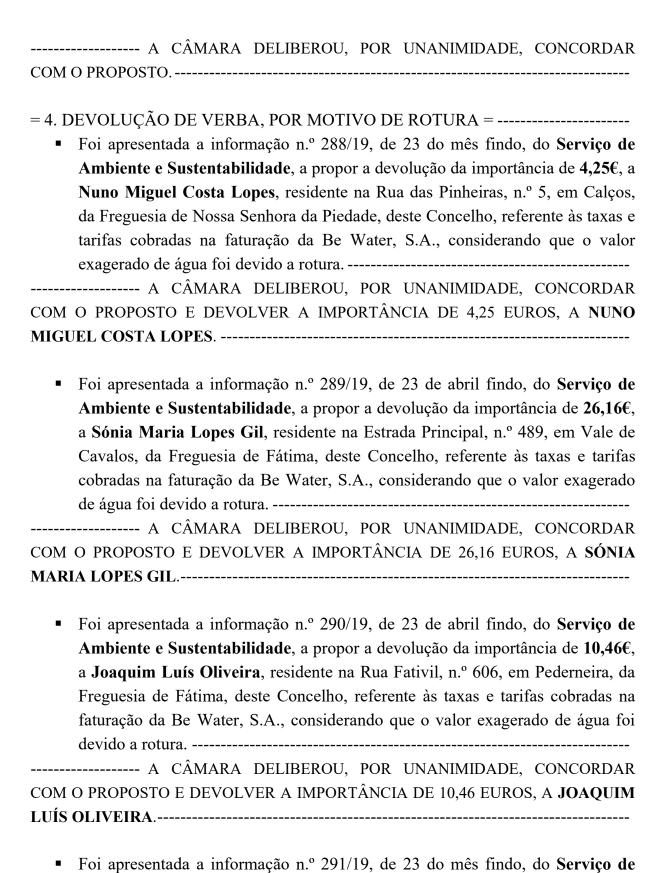


TAXAS DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E SISTEMA DE SANEAMENTO, TARIFA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, TARIFA DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RSU'S --

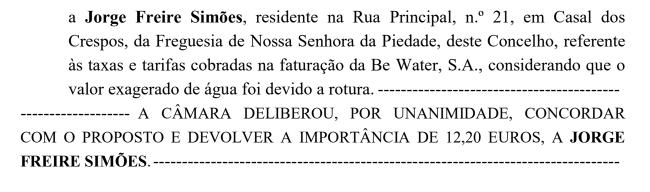








Ambiente e Sustentabilidade, a propor a devolução da importância de 12,20€,



COM O PROPOSTO E DEVOLVER A IMPORTÂNCIA DE 14,50 EUROS, A **VERÓNICA MARINA VIEIRA MENDES**. ------

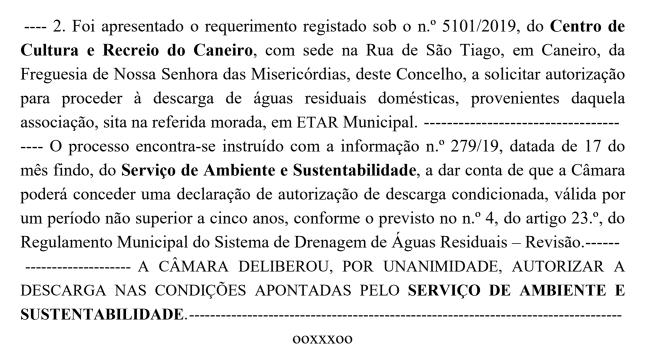
ooxxxoo

000

PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE DESCARGA DE ÁGUAS RESIDUAIS EM ETAR -----

---- 1. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 31.031/2018, de Leopoldino Ferreira Venâncio, residente na Rua Principal, em Zambujal, da Freguesia de Atouguia, deste Concelho, a solicitar a renovação da autorização de descarga de águas residuais domésticas, provenientes do seu estabelecimento de aviário, sito na Rua da Pedreira, em Casal da Lagoa, daquela freguesia, em ETAR Municipal. --------- O processo encontra-se instruído com a informação n.º 280/19, datada de 17 do mês findo, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade, a dar conta de que a Câmara poderá renovar a autorização de descarga condicionada, conforme o previsto na alínea b), do n.º1, do artigo 23.º, do Regulamento Municipal do Sistema de Drenagem de Águas Residuais – Revisão, válida por um período não superior a cinco anos. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RENOVAR A AUTORIZAÇÃO DE DESCARGA, PELO PERÍODO DE TRÊS ANOS E NAS CONDIÇÕES APONTADAS **PELO SERVIÇO** DE **AMBIENTE** \mathbf{E} SUSTENTABILIDADE.----

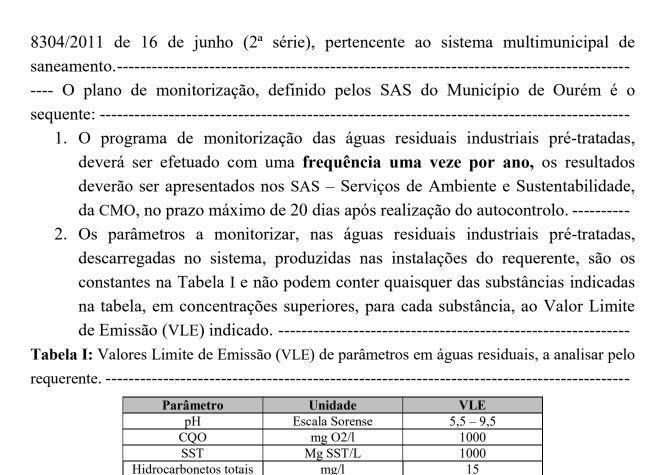




PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCARGA DE ÁGUAS RESIDUAIS NO COLETOR PÚBLICO -----

---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 7259/2011, da firma RVU -Recolha, Transporte e Valorização de Resíduos, Limitada, com sede no Lote 1, da Zona Industrial de Ourém, sita em Casal dos Frades, da Freguesia de Seiça, deste Concelho, a solicitar a renovação da autorização de descarga de águas residuais industriais, provenientes do seu estabelecimento, sito na referida morada, no coletor público, --------- Ouvido sobre o pedido, o Serviço de Ambiente e Sustentabilidade prestou a informação n.º 281/19, de 17 de abril findo, a concluir conforme se passa a transcrever: "(...) 3. Conclusão --------- Face ao referido e atendendo que se trata de uma renovação de autorização de descarga de águas residuais industriais no coletor municipal e que todos os elementos, correções e análises às águas pré tratadas foram cumpridos, poderá conceder uma autorização de ligação e descarga de águas residuais industriais ao coletor público, válida por um período não superior a cinco anos, podendo ser cancelada em qualquer altura, caso se verifique incompatibilidade com o processo de tratamento das ETAR. Ficando o requerente obrigado à verificação e demonstração do programa de monitorização, de acordo com o disposto nos números 1 e 4, do artigo 30º da secção IV - Verificação das condições de descarga de águas residuais, do despacho nº





Contudo, alerta-se para uma situação que ainda não foi corrigida, os
problemas na rede de saneamento do município mantêm-se, o coletor de águas
residuais e o coletor de águas pluviais encontra-se partido nalguns troços,
impedindo o escoamento das águas do requerente e de futuras ligações ()."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A
RENOVAÇÃO DE DESCARGA, PELO PERÍODO DE TRÊS ANOS E NAS CONDIÇÕES
APONTADAS PELO SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

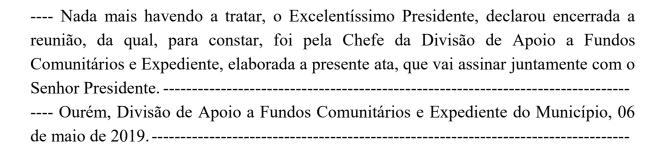
ooxxxoo

OOO
APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES-----

------ AO ABRIGO DO PRECEITUADO NO N.º 3, DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E BEM ASSIM DO QUE DISPÕE O N.º 4, DO ARTIGO 34.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR, EM MINUTA, TODOS OS TEXTOS DAS DELIBERAÇÕES, PARA EFEITOS IMEDIATOS.------

ooxxxoo





O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 06/05/2019

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Descentralização administrativa – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Informação n.º 20/19, de 30 de abril, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = APDAF Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família Atribuição de apoio financeiro Relatório de reunião, datado de 19 de março findo, subscrito pelo Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital;
- = Procedimento 1/2005 "Construção do novo edifício dos Paços do Concelho" Informação n.º 44/19, de 29 de abril, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Alteração do Fundos de Maneio Informação n.º 45/19, de 29 de abril, do Chefe da DGF;
- = Propostas de protocolos:
 - 1. Casota Comunitária Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém Informação n.º 46/19, de 30 de abril, do Chefe da DGF;
 - 2. Espite Aventura Associação do Conhecimento de Espite Informação n.º 48/19, de 30 de abril, do Chefe da DGF.

2.1. SETOR DE PATRIMÓNIO

- = Cedência da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Casais da Abadia Freguesia de Caxarias Proposta de protocolo Informação n.º 97/19, de 04 de abril, do Setor de Património (SP);
- = Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão Ocupação da Loja "G-F" Informação n.º 111/19, de 30 de abril, do SP.

2.2. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = "P013/2019 Manutenção de espaços verdes na área do Concelho de Ourém (jardins e espaços verdes de Fátima; Estádio Papa Francisco; jardins e espaços verdes de Ourém e manutenção de espaços verdes dos Centros Escolares)" Relatório final;
- = P035/2019 Prestação de serviços para os trabalhos de gestão de combustível no concelho de Ourém, durante 12 meses Informação n.º 174/19, de 23 de abril, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA);



- = P050/2019 Contratação de serviços jurídicos de patrocínio judiciário de processos pendentes (com mandato forense) Avença Informação n.º 175/19, de 23 de abril, do SCPA;
- = P058/2019 Contratação de serviços em regime de avença, de um técnico de arquitetura para a Divisão de Ordenamento do Território Informação n.º 176/19, de 24 de abril, do SCPA.

3. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- = Pedido de destaque Requerimento registado sob o n.º 90/2019, de Joaquim Ferreira Duarte, instruído com a informação n.º 63/19/DOT/cm0674, de 12 de abril, da Divisão de Ordenamento do Território (DOT);
- = Beneficiação/demolição de edificação Segurança e salubridade públicas Comunicação interna n.º 37, de 02 de abril, subscrita pelo Senhor Presidente, instruída com as informações n.º 251/19, de 09 de abril, da Secção de Fiscalização e n.º 64/2019/DOT/cm0758, de 15 também de abril, da DOT;
- = Revisão de Plano Diretor Municipal de Ourém:
 - 1. Discussão pública Informação n.º 11/19/DOT/671, de 30 de abril, da DOT;
 - 2. Suspensão de procedimentos de operações urbanísticas Informação n.º 42/2019/DOT/cm0579, de 30 de abril, da Chefe da DOT.

4. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- = Apoio à natalidade e à infância Apreciação de candidaturas:
 - Informação n.º 393/19, de 22 de abril, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS);
 - 2. Informação n.º 394/19, de 22 de abril, da DEASS;
 - 3. Informação n.º 396/19, de 22 de abril, da DEASS;
 - 4. Informação n.º 402/19, de 23 de abril, da DEASS;
 - 5. Informação n.º 404/19, de 23 de abril, da DEASS;
 - 6. Informação n.º 405/19, de 23 de abril, da DEASS;
 - 7. Informação n.º 406/19, de 24 de abril, da DEASS;
 - 8. Informação n.º 407/19, de 24 de abril, da DEASS;
 - 9. Informação n.º 408/19, de 24 de abril, da DEASS;
 - 10. Informação n.º 410/19, de 24 de abril, da DEASS;
 - 11. Informação n.º 411/19, de 24 de abril, da DEASS;
 - 12. Informação n.º 412/19, de 24 de abril, da DEASS;
 - 13. Informação n.º 413/19, de 24 de abril, da DEASS;
 - 14. Informação n.º 414/19, de 26 de abril, da DEASS;
 - 15. Informação n.º 415/19, de 26 de abril, da DEASS;
 - 16. Informação n.º 418/19, de 26 de abril, da DEASS;
 - 17. Informação n.º 419/19, de 26 de abril, da DEASS;
 - 18. Informação n.º 420/19, de 26 de abril, da DEASS;
 - 19. Informação n.º 422/19, de 26 de abril, da DEASS;
 - 20. Informação n.º 424/19, de 26 de abril, da DEASS;
 - 21. Informação n.º 425/19, de 26 de abril, da DEASS;
 - 22. Informação n.º 426/19, de 26 de abril, da DEASS;
 - 23. Informação n.º 427/19, de 26 de abril, da DEASS;
- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social Utilizadores domésticos:
 - 1. Informação n.º 400/19, de 23 de abril, da DEASS;
 - 2. Informação n.º 401/19, de 23 de abril, da DEASS;



- = Universidade de Verão 2019 Informação n.º 423/19, de 26 de abril, da DEASS;
- = Movimento Anual da Rede Escolar para 2019/2020 Oficio n.º 21535/2019, datada de 08 de abril, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- = Contrato Local de Desenvolvimento Social 4G Oficio de referência SCC-32269/2019, datado de 22 de abril, do Instituto da Segurança Social, I.P..

5. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Aditamento ao Contrato de "Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público do Concelho de Ourém" Plano de Investimentos da Be Water, S. A. 2019 Informação n.º 274/19, de 17 de abril, da Chefe do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
- = Centro Social das Matas Isenção do pagamento da tarifa de despejo de fossas Informação n.º 271/19, de 15 de abril, do SAS;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Duplicação de faturas Informação n.º 265/19, de 10 de abril, do SAS;
 - 2. Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos) Informação n.º 272/19, de 15 de abril, do SAS;
 - 3. Anulação de dívida acumulada:
 - Informação n.º 286/19, de 23 de abril, do SAS;
 - Informação n.º 293/19, de 23 de abril, do SAS;
 - 4. Devolução de verba, por motivo de rotura:
 - Informação n.º 288/19, de 23 de abril, do SAS;
 - Informação n.º 289/19, de 23 de abril, do SAS;
 - Informação n.º 290/19, de 23 de abril, do SAS;
 - Informação n.º 291/19, de 23 de abril, do SAS;
 - Informação n.º 292/19, de 23 de abril, do SAS;
- = Pedidos de autorização de descarga de águas residuais em ETAR:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 31.031/2018, de Leopoldino Ferreira Venâncio;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 5101/2019, do Centro de Cultura e Recreio do Caneiro;
- = Pedido de autorização de descarga de águas residuais no coletor público Requerimento registado sob o n.º 7259/2011, da firma RVU Recolha, Transporte e Valorização de Resíduos, Limitada.

Câmara Municipal de Ourém, 30 de abril de 2019

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despachos dos Exmos. Presidente e Vereadores, 29-04-2019 a 03-05-2019

Processo nº	Requerente	Local
1816/2009	Agroparreira – Sociedade de Agrícola, Lda.	Rua N.ª Sra. da Penha de França – Freguesia de Seiça
286/2016	Albino Inácio Silva & Filhos	Rua Nossa Senhora de Fátima – Freguesia de Fátima
146/2017	António Antunes da Silva	Cova da Iria, n.º 64 – Freguesia de Fátima
24/2018	Dina Margarida Marto Silva Rodrigues	Travessa dos Poços – Freguesia de Fátima
1696/2009	Fatimundi – Agência Imobiliária, S.A.	Rua Cónego Formigão – Freguesia de Fátima
63/2019	Micael Pereira de Oliveira	Rua Augusto Henriques, n.º 21 – Besteiros – Freixianda - Ourém
5/2017	Paulo Henriques das Neves	Av. 21 de Junho, n.º 164 – Chã – Freguesia de Caxarias
351/2017	Paulo João da Silva Pereira	Rua do Lagar – Cercal – União das Freguesias de Matas e Cercal
105/2019	Projourém, Lda.	Avenida Beato Nuno, n.º 745 – Freguesia de Fátima
202/2018	Tipografia de Fátima, Lda.	Rua Nova da Igreja – Freguesia de Fátima

Ourém 6 de maio de 2019

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 29/04/2019 a 03/05/2019

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
16581	Virgínia de Almeida Manuel	Inspeção de elevador
17005	António Jacinto da Costa	Inspeção de elevador
16938	Condómino Edifício Império	Inspeção de elevador
16535	Condomínio do prédio Tra. da Forja	Inspeção de elevador
16402	Condomínio do Edifício	Inspeção de elevador
16346	Consolata – Hotel, SA	Inspeção de elevador
14985	Condomínio do Edifício Oureense	Inspeção de elevador
15444	Condomínio do Prédio Av. José Alves Correia da Silva, nº 134	Inspeção de elevador
14980	Condomínio do Edifício Vieiras	Inspeção de elevador

Ourém, 06 de maio de 2019

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



APOIO FINANCEIRO

CONTRATO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A CASOTA COMUNITÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS ERRANTES DE OURÉM – COMPARTICIPAÇÃO NA ALIMENTAÇÃO

PREÂMBULO

Considerando que:

- 1. A Casota Comunitária é uma instituição sem fins lucrativos, legalmente constituída, que promove o acolhimento e tratamento de animais errantes.
- Nos termos da Lei 27/2016 de 23 de agosto, deve ser implementada uma rede de centros de recolha oficial de animais, estabelecendo a proibição de abate de animais errantes como forme de controlo da população.
- As receitas próprias da associação são insuficientes para a prossecução da atividade que exerce.
- 4. Os municípios dispõem de atribuições nos domínios do Ambiente e Saneamento Básico, de acordo com a alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei 75/2013.

Pelo exposto e nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e em observância ao Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;

SEGUNDO OUTORGANTE: Casota Comunitária – Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém, pessoa coletiva com o NIPC 513 877 444, com sede na Rua da Escola, em Tacoaria de Seiça, Freguesia de Seiça, representada no ato por Ana Daniela Vieira



Nunes e Maria Joana de Almeida e Silva, na qualidade de Presidente e Vice-Presidente da direção, respetivamente, com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato, a proteção e defesa dos animais errantes, constituindo a atribuição de um apoio financeiro consignado às despesas com alimentação dos referidos animais.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 6.000,00€ (Seis Mil Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no n.º 1 da presente cláusula.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor realizado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 2.000,00 euros (Dois Mil Euros), em maio de 2019;
 - 2.000,00 euros (Dois Mil Euros), em julho de 2019.
 - c. 2.000,00 euros (Dois Mil Euros), em setembro de 2019.
- 2. O pagamento da segunda prestação e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos



comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

				, da		entidade Anexo – I, qu	bancária
	0	seguinte	IBAN	(International	Bank	Account	Number)
	Caso	ota Comunitár	ia – Associa	ação de Proteção	dos Anima	is Errantes de	Ourém, com
4.	O pa	agamento ser	à efetuado	por transferênci	a bancária,	para a conta	bancaria da

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem como os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta, sempre que solicitado, pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.



CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da despesa objeto de apoio)

A execução física da atividade objeto de apoio será sujeito ao acompanhamento e monitorização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos documentos de despesa inerentes.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à divulgação, do montante total da despesa comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não



comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente contrato pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.



CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	<u></u>
	eende <u>7</u> folhas às quais se juntamfolhas adas pelos Outorgantes, à exceção da folha 7, nos.
Celebrado aos	, em dois exemplares de igual teor e
validade, destinando-se cada um deles aos se	
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Ana Daniela Vieira Nunes e Maria Joana de Almeida e Silva



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ESPITE AVENTURA – ASSOCIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ESPITE – "CAMPEONATO IBÉRICO SUPER EXTREMETRIAL 4X4 – 2019"

Considerando que:

- A Espite Aventura Associação do Conhecimento de Espite pretende realizar no dia 19 de maio, o Campeonato Ibérico Super Extreme Trial 4x4 – Edição 2019,
- Esta iniciativa é de âmbito internacional e, em 2018, obteve grande afluência de público.
- A atividade a desenvolver é particularmente relevante no que concerne ao desenvolvimento e implementação desta modalidade em Portugal e em particular no concelho de Ourém.
- 4. As receitas próprias da associação são insuficientes para a prossecução do investimento a executar.
- Os municípios dispõem de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto, de acordo com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque;



SEGUNDO OUTORGANTE: Espite Aventura – Associação do Conhecimento de Espite, pessoa coletiva com o NIPC 513 951 458, com sede na Rua Prof. Mário Albuquerque, 2435-152 Espite, representado neste ato pelo Presidente da Direção, Ricardo Alexandre Oliveira Diamantino.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da realização da do Campeonato de Trial – 2018.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 12.500,00 euros (Doze Mil e Quinhentos Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 6.250,00 euros (Seis Mil, Duzentos e Cinquenta Euros), em maio de 2019;
 - b. 6.250,00 euros (Seis Mil, Duzentos e Cinquenta Euros), em julho de 2019.
- 2. O pagamento da segunda prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos



comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária da
	Espite Aventura - Associação do Conhecimento de Espite, com o número de
	identificação bancária da entidade bancária
	, conforme declaração em Anexo – I, a qual
	faz parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.

CLÁUSULA 5.ª

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:



- a) Divulgação do evento;
- b) Disponibilização de equipamento de som;
- c) Assumir a logística inerente à sinalética de trânsito;
- d) Cedência de grades;
- e) Disponibilização de cisterna de água para regar a pista durante o evento.

CLÁUSULA 6.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar.

CLÁUSULA 7.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e ao estabelecido na cláusula 5.ª do presente protocolo, sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, no evento, do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante



não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.



CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
O procento Protocolo do Colaboração com	proopdo 7 folhas às quais so juntam
	preende 7 folhas às quais se juntam
	er rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
folha 8, em virtude de conter as assinaturas o	dos mesmos.
Oalahuada aaa / Aliaa da maâa da	de 2010, eve deie evenenlenee de
	de 2019, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um	deles aos seus Outorgantes.
Polo Primoiro Outorganto	Polo Segundo Outorgento
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luío Migual Margues Crossiphe Coutinha de	Disarda Alayandra Olivaira Diamantina
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de	Ricardo Alexandre Olivelia Diamantino
Albuquerque	



PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O CLUBE JUVENTUDE OURIENSE PREÂMBULO

É função do Município de Ourém contribuir para a promoção da realização de projetos culturais, recreativos, sociais e desportivos de qualidade e de interesse para o concelho.

Considerando que se encontra disponível no lugar de Casais de Abadia, da Freguesia de Caxarias, o Edifício Municipal onde funcionou a Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, e uma vez que o anterior protocolo celebrado com a Associação União Desportiva de Ourém – AUDO foi revogado, considera-se ser o Clube Juventude Ouriense, a entidade mais ajustada para o seu usufruto, procurando tirar maior proveito para colocar em prática os seus objetivos.

Neste sentido o Município de Ourém celebra com o Clube Juventude Ouriense, o presente protocolo de cedência daquelas instalações, na certeza de que é garantido o pleno aproveitamento das mesmas para iniciativas de interesse do clube.

É celebrado o presente protocolo aprovado por deliberação tomada em reunião camarária de ____ de 2019, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula I

Identificação dos outorgantes

O presente protocolo de cedência de instalações da antiga escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, Casais de Abadia, Caxarias é celebrado entre:

Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o n.º 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, na Cidade de Ourém, adiante designado como Primeiro Outorgante, devidamente representado pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque.

Clube Juventude Ouriense, pessoa coletiva com o n.º 502 823 402, com sede na Av. D. Nuno Alvares Pereira, Lt. 2 – 1.º Frt. J, também na Cidade de Ourém, adiante designado como Segundo Outorgante, devidamente representada pelo Excelentíssimo Presidente da Direção, Renato Amílcar Marques Lopes.



Cláusula II Objeto

O presente protocolo tem por objeto a cedência do edifício municipal – antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Casais de Abadia, Caxarias, que se encontra desativado, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 982 da Freguesia de Caxarias e descrita na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 3561 da mesma freguesia, ao Clube Juventude Ouriense - JO, tornando-o num pólo agregador de sinergias que poderão trazer contributos positivos para o desenvolvimento social, cultural, desportivo e recreativo do concelho.

Cláusula III

Período de vigência

Sem prejuízo de eventuais revisões dos termos contratuais, o período de vigência deste protocolo é de um ano, a contar da data da sua assinatura, sendo renovado automaticamente por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes, com 30 dias de antecedência

Cláusula IV

Direitos e deveres do primeiro outorgante

- 1. O primeiro outorgante compromete-se a ceder a gestão do edifício municipal antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Casais de Abadia, Caxarias, ao segundo outorgante, para que aí possam ser postos em prática os objetivos definidos na Cláusula II do presente protocolo.
- 2. O primeiro outorgante reserva para si o direito de efetuar vistoria às condições das instalações.

Cláusula V

Direitos e deveres do segundo outorgante

- O Segundo Outorgante será responsável pelo acompanhamento da gestão e manutenção do edifício municipal e das respetivas infraestruturas incumbindo-lhe:
 - **1** Fazer uma utilização normal e prudente do espaço, equipamentos e infraestruturas adstritas ao mesmo;
 - 2 Utilizar e gerir o espaço disponibilizado, tornando-o um pólo de desenvolvimento;



- 3 Suportar todas as despesas de água e eletricidade;
- **4** -Suportar todas as despesas inerentes à manutenção dos espaços exteriores e interiores, caso existam;
- 5 Manter o recinto da escola nas melhores condições;
- **6** Efetuar um seguro que cubra eventuais danos que possam ocorrer aos intervenientes, durante a presença do segundo outorgante no espaço em apreço e suportar os respetivos custos;
- **7** Não efetuar obras ou qualquer outro tipo de alterações no espaço, infraestruturas anexas ou equipamentos cedidos, exceto com a prévia autorização do primeiro outorgante;
- **8 -** A utilização deste Edifício Municipal está exclusivamente afeta ao segundo outorgante, não podendo este cedê-lo a terceiros, devendo cumprir o objeto estatutário legal e os fins associativos previstos.

Cláusula VI

Devolução do espaço, infraestruturas e equipamentos

Aquando do *términus* do presente protocolo, qualquer que seja a causa, o Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Devolver ao Município de Ourém o espaço cedido, livre de quaisquer ónus ou encargos;
- b) Devolver as infraestruturas e os equipamentos cedidos, no estado de conservação em que os receberam, sem que haja direito a qualquer indemnização por eventuais benfeitorias por si realizadas.

Cláusula VII

Casos omissos

As questões omissas no presente protocolo serão resolvidas por acordo das partes.

Cláusula única

O presente protocolo contém três folhas, todas numeradas e rubricadas pelos representantes daquelas entidades, à exceção da última que contém as suas assinaturas, sendo feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades outorgantes.



	Ourém, de de 2019
Primeiro Outorgante, Município de Ourém	Segundo Outorgante, Clube Juventude Ouriense
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque	Renato Amílcar Marques Lopes